



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Sammuel Gnoatto Hallal

**APROXIMAÇÕES ÀS CATEGORIAS TRABALHO E EDUCAÇÃO E SUAS
RELAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO GÊNERO HUMANO**

Florianópolis
Novembro 2023

Sammuel Gnoatto Hallal

**APROXIMAÇÕES ÀS CATEGORIAS TRABALHO E EDUCAÇÃO E SUAS
RELAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO GÊNERO HUMANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na
Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito básico como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Patricia Laura Torriglia
Coorientador: Me. Ismael Andrada Bernardes

Florianópolis
Novembro 2023

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.**

Hallal, Samuel

Aproximações às categorias Trabalho e Educação e suas relações no desenvolvimento do gênero humano / Samuel Hallal ; orientador, Patricia Laura Torriglia, coorientador, Ismael Bernardes, 2023.

51 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Graduação em Pedagogia, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. Educação e Trabalho. 3. Desenvolvimento humano. 4. Ontologia. I. Torriglia, Patricia Laura. II. Bernardes, Ismael. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Pedagogia. IV. Título.

Sammuel Gnoatto Hallal

Aproximações às categorias Trabalho e Educação e suas relações no desenvolvimento do gênero humano

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Licenciado e aprovado em sua forma final pelo Curso de Pedagogia. Florianópolis, XX de XXXXX de 2023.

Simone Vieira de Souza
Coordenadora do Curso de Pedagogia

Banca examinadora

Prof.^a Patricia Laura Torriglia
Dra. Orientadora UFSC

Me. Ismael Andrada Bernardes
Coorientador PPGE/UFSC

Prof. Dr. Maurício José Siewerdt
UFFS

Prof. Dr. Henry Bill Mc Quade Junior
UFSC

Prof. Dr. Rodrigo Diego de Souza
UFSC

Florianópolis,
Novembro 2023

AGRADECIMENTOS

O que seria de mim sem a universidade?

Eu lembro nitidamente do Sammuell que saiu do ensino médio sem vontade alguma de entrar no “ensino burguês da universidade”, lembro do desprezo mortal que eu sentia daqueles que buscavam uma vida pacata em meio a violência cotidiana.

Lembro de um menino, um ser humano, que buscava verdades escondidas e que entendia que alguma coisa estava errada. Um menino desesperado para ser salvo, cheio de culpa - um menino tão novo e tão cheio de culpa.

Também lembro das qualidades que existem no Sammuell até hoje, seu gosto pelas complexidades da vida, pelas notas e harmonias, pela escrita e pela intenção humana que se espalha esteticamente pelo mundo.

O mundo está cheio de sofrimento, muito choro e confusão, muita culpa e abandono. Por isso, hoje eu entendo aquele menino, não sou mais como ele, mas acolho sua realidade.

Meus agradecimentos não são parte de um romance da família brasileira, meus agradecimentos são vida, são o que eu sou hoje. Agradecer é compreender o tempo, é entender que os companheiros humanos e trabalhadores que resistem, contribuem de forma direta para que minha existência seja mais humana.

Sem a universidade eu ainda seria um idealista, um homem que esconde a verdade de si mesmo na esperança de que a punição seja mais leve na morte e que a escuridão não encontre caminhos para o poder. A universidade me ensinou o valor da realidade, da história, da arte e da ciência. Obrigado.

Vitória: Minha companheira de vida, obrigado pelas noites de brincadeira, por compartilhar tantos afetos, pequenos e complexos, que uma vida inteira não daria conta de substituir. **Obrigado por fazer valer, ainda que tão curta, toda a experiência de estar vivo.**

Rosane: As maluquices que você observa, só entra no jogo, como pode uma mulher tão compreensiva com seus filhos sorrir diante de tanta loucura? Você merece respeito por tanta ousadia, tanta sensibilidade, tanta personalidade. **Você merece um amigo, você merece milhões de amigos, você merece a vida.** Eu te amo como amigo, te amo como filho e te amo como quem ama uma lenda viva.

Lucas: É quase que uma entidade, um símbolo, quando eu penso em você um infinito de lembranças refletem do seu semblante. É como se uma realidade paralela se abrisse quando conversamos. Eu sei quando você é sincero, você sabe quando sou sincero, claro, um inimigo conhece cada movimento do seu adversário, éramos inimigos na infância não é verdade? Era o que a gente pensava, mas na verdade éramos companheiros fiéis, éramos experimentos um para o outro das dores da vida. Hoje, somos agradecimento e esperança, **ainda espero pela luta que está reservada para nós meu companheiro.**

Tagore: Boa parte da minha personalidade vem de você, um sobrevivente da “era 2000”, um adolescente extremamente complexo e interessante. Eu, uma criança que te olhava como quem olha para um cavaleiro, um guardião das coisas belas que escondia no seu quarto. Todas aquelas coisas, o mundo de fantasias que você cultivava no seu jeito, no seu computador, nas suas cartas, tudo isso faz parte de mim. **Você me fez grande, você me fez orgulhoso da minha própria mente e imaginação, obrigado.**

Jayme: Firme e focado, obrigado por me mostrar a realidade do cotidiano, obrigado por despedaçar o véu das fantasias que eu insisto até hoje em comportamentos displicentes. Aliás, essa é uma palavra que saiu da sua boca quando eu ainda era muito pequeno e que pra mim sempre lembra da sua responsabilidade com aquilo que acha correto e justo. Jayme, você me ajudou a construir um senso de justiça firme, pé no chão, argumentativo e, acima de tudo, visceral. **Obrigado por ser um exemplo de vontade e liberdade.**

Paulo: Nossa relação é intensa, não caberia dizer se é boa ou ruim, pois, mesmo com nossas disputas e discordâncias, ainda temos muito em comum. Mas uma coisa é fato, ninguém nunca me escutou tanto quanto você, eu simplesmente sentia e você simplesmente recebia, isso é raro. **É uma relação onde ambos os lados têm interesse profundo pelo que o outro tem a dizer, você me ensinou isso e é uma das qualidades que eu mais gosto em mim.** Obrigado pai, por me escutar e por estar sempre buscando se melhorar, isso sempre serviu de grande exemplo.

Pat e Ismael: Uau, como crescemos desde a primeira vez que trocamos olhares naquela sala cheia de gente cansada, né? Naquela sala cheia de estudantes desesperadas pelo diploma que parece nunca vir.

Eu sempre observei a Pat de longe, ela é uma figura clássica no curso de Pedagogia, sempre em volta de amigos e pessoas que admiram seu trabalho. Eu sempre observei, mas nunca captei suas intenções. Foi nesse dia (na sala cheia de gente cansada) que eu percebi quão grande é essa pessoa. Primeiro que você tem um ar cômico que ronda a sua volta, uma mistura de sarcasmo com indagação - o melhor tipo de humor - e segundo que ela fala com tanta propriedade e paixão que nos faz entrar no trilho da firmeza em questão de segundos. É, com certeza, uma das professoras que mais contribuiu para o meu entendimento da camada ética do real.

Ismael, você sabe que se não fosse por sua energia, por sua praticidade e olhar atento, eu não estaria escrevendo esse TCC. Foi você que captou prontamente minha necessidade de investigar a categoria trabalho, você que influenciou com seu cuidado a minha escolha de orientação. Eu sou muito grato a você Isma e respeito você tanto quanto a Pat. Você me fez um bem sem preço me acolhendo nos estudos e na orientação, obrigado.

*“E se eu cair
Do topo do mundo
Para as profundezas abaixo
Mais profundo do que eu acreditava que
Pudesse existir
E lá no fundo ainda existirá
Aquele que esconde a chave
E que se atreve a tentar colocar
Estas correntes de sofrimento
Em mim” Chris Cornell*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	Aspectos Teóricos Metodológicos.....	11
2	TRABALHO COMO CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL	16
3	TRABALHO NEGATIVO/ALIENAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO.....	27
	2.1 Características da Fórmula Geral do Capital e a Mercadoria Força de Trabalho.....	31
4	A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA SOCIEDADE E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO.....	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa do presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, é uma investigação teórica que buscou uma aproximação categorial e conceitual do significado do trabalho na forma social, subsumido ao capital, enquanto atividade vital e transformadora, para, posteriormente, melhor entender a relação dela com a educação.

Gyorgy Lukács (1885-1971), filósofo e teórico marxista do século XX, deixou um legado profundo no entendimento do trabalho como elemento fundamental na formação da consciência humana. Para o autor húngaro, o trabalho é muito mais que uma atividade econômica; ele é a essência da práxis humana, uma fonte vital para a compreensão do mundo e do sujeito a partir do materialismo. O trabalho é a atividade responsável pelo desenvolvimento complexo do gênero humano e de todas as atividades do ser social (Lukács, 2013):

Desse modo é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas –, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material (Lukács, 2013, p. 47).

Destaca-se, portanto, a importância da categoria trabalho nesta pesquisa que busca compreender, por meio dela, alguns aspectos da dialética do desenvolvimento do gênero humano. Nesse sentido, o trabalho, na concepção da ontologia crítica de Lukács, é atividade fundante e central na transformação da natureza e da sociedade; o ser humano, portanto, é capaz de autoproduzir sua história a partir das atividades humanas que realiza cotidianamente — característica qualitativamente única do ser social. Nesse contexto, os sujeitos não apenas dominam a natureza na medida em que se relacionam, mas também se descobrem conscientes nesse ininterrupto intercâmbio que produz a complexidade da história.

Essas afirmações implicam particularidades significativas na estrutura social e na compreensão das dinâmicas do cotidiano, nelas o trabalho assume uma posição central de transformação das condições de existência. Ou seja, a estruturação contínua do ser social, “sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu tornar-se relativamente autônomo baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização de pores teleológicos” (Lukács, 2013, p. 52). Por isso, o trabalho, produtor da capacidade humana de prever e organizar sua existência em meio a causalidade do mundo natural, é uma atividade que promove o desenvolvimento

social, que conduz as possibilidades de transformação e que permite a autoprodução específica de cada momento histórico.

Para assumir uma postura materialista, Lukács retoma as concepções marxistas sobre a realidade em uma perspectiva dialética dizendo que em Marx,

[...] a teleologia é reconhecida como categoria realmente operante apenas no trabalho, tem-se inevitavelmente uma coexistência concreta, real e necessária entre causalidade e teleologia. Sem dúvida, estas permanecem opostas, mas apenas no interior de um processo real unitário, cuja mobilidade é fundada na interação desses opostos e que, para tornar real essa interação, age de tal modo que a causalidade, sem ver atingida a sua essência, também se torna posta (Marx, 2013, p. 52).

Isso quer dizer que, amparado pelas formulações teóricas de Marx, Lukács desenvolveu uma abordagem ontológica crítica para entender a sociedade e a dialética por meio do trabalho. Portanto, para nosso autor central, a dialética materialista é a base de um método para a análise da realidade em sua totalidade. A sociedade, nesse caso, é um ser sempre inacabado, em desenvolvimento, onde cada complexo categorial está intrinsecamente relacionado a outros complexos.

Assim como em Marx, Lukács (2013) também identifica a alienação, no sentido de estranhamento, como um dos aspectos inerentes à lógica da valorização do capital, resultado específico da mais-valia em um ser que se desenvolve pelo trabalho. Para nosso argumento, os fins sociais da sociedade capitalista — a expropriação e valorização do valor excedente que gera lucro — afasta o sujeito de sua atividade central como ser social e o reduz a vendedor de força de trabalho, característica da sociabilidade capitalista. Em contraponto a essa determinação histórica, Lukács defende que a ontologia crítica oferece uma maneira de compreender o mundo a partir de suas determinações históricas, a fim de oferecer elementos teóricos relevantes à uma sociedade cuja consciência crítica pudesse combater a alienação e o estranhamento do trabalhador em direção a sua emancipação.

Reconhecendo as contradições do momento histórico, a ontologia defendida nesta pesquisa se contrapõe às abordagens imediatistas e fenomenológicas propostas pelo desenvolvimento do liberalismo econômico. Isso pressupõe que, realizamos uma pesquisa que busca contribuir com o desvendamento das camadas reais da existência, sem que as investigações e hipóteses fossem influenciadas por qualquer tipo de relativismo ou absolutismo. Os autores apresentados em nosso texto são fonte valiosa para as teorias críticas que envolvem a educação, eles incentivam a análise objetiva das contradições e buscam por uma

transformação social que revolucione a forma como vivemos e produzimos a vida em sociedade. Sendo assim, enfatiza-se a importância de encarar a realidade como objetiva e real, onde a ontologia e o cotidiano tomam forma complexa, mas não indecifráveis, na medida em que se constituem como materialidades históricas.

Consideramos a educação como uma prática social e uma atividade crucial na formação da consciência e na superação das contradições advindas dessa forma específica de produzir a subsistência que é o capitalismo. Por meio dela o sujeito, corporalmente e historicamente, vê-se numa constante e inacabável relação com o mundo social, ele aprende e se reconhece; prepara-se, em todas as etapas da sua existência, para as mais diversas necessidades, fantasiosas ou de subsistência, provenientes do momento histórico em que vive. Nesta conjuntura, “a educação cumpre uma função ideológica e normativa, além de sua tarefa de colocar (ou deveria colocar) à disposição a transmissão das máximas capacidades humanas objetivadas, os saberes acumulados” (Torriglia, 2023).

De forma concomitante a essas determinações do complexo educacional, o sujeito, por conta disso, também é capaz de assumir uma postura crítica da própria condição. Nesse cenário, ao passo em que o sujeito humano reconhece e aprende sobre sua consciência individual e histórica — seu potencial de transformação — também percebe a realidade violenta e contraditória que o condiciona a uma existência desumanizadora. Justamente por conta desse movimento dialético, incorporado na categoria educação, é que defendemos nesta pesquisa o estudo da ontologia de Lukács. Para que o trabalhador se reconheça como humano, como transformador das determinações sociais, como parte do ser social que pode pensar no direcionamento da história coletiva e das necessidades particularmente humanas.

A partir do antedito, o objetivo geral foi o de uma aproximação com a gênese do ser social a partir de sua forma fundante: o trabalho e sua relação com a esfera educacional. Para poder atingir esse objetivo, realizamos um desdobramento em três objetivos específicos que nos ajudaram a operacionalizar os estudos:

1. Analisar o trabalho ontológico como forma originária do ser social;
2. Explicar a especificidade do trabalho alienado sob a forma capitalista;
3. Problematizar a centralidade do trabalho na sociedade e sua relação com a educação.

1.1 Aspectos teórico-metodológicos

Este trabalho de conclusão de curso adotará a abordagem do Materialismo Histórico Dialético para a realização de um estudo bibliográfico teórico. Contudo, para buscar a

totalidade na defesa da método que fundamenta nosso estudo, é necessário refletir sobre as contradições objetivas e teóricas que condicionam a separação sobre duas formas diferentes de pesquisa: o materialismo histórico dialético e a pesquisa qualitativa, pesquisa esta, que referencia muitos trabalhos acadêmicos na educação.

Nesse contexto, enquanto o materialismo dialético inaugura uma forma específica de observar a realidade — pela transformação do real imediato no concreto pensado — a pesquisa qualitativa se encontra influenciada pela fenomenologia e atrelada com o próprio método positivista (Martins, 2006). Sendo assim, segundo a autora, não se pode conceber que existe a possibilidade de uma unificação entre essas duas formas de pesquisa, pois são teoricamente distintas, ou seja, pautam-se em pressupostos incongruentes para a compreensão da realidade humana. A importância de se destacar essa impossibilidade de junção epistemológica é trazida pelo fato de muitos autores perceberem contradições nas pesquisas qualitativas, mas não renunciarem ao método, procurando, assim, juntar argumentos apresentados no materialismo histórico dialético a uma espécie de pesquisa qualitativa conscientizada dos argumentos marxistas. Confunde-se, nesse caso, as essências indissolúveis da lógica dialética e busca-se particularizar algumas noções superficiais do marxismo, alterando a base da teoria a partir da apropriação indevida de referências não contextualizadas da teoria formulada por Marx (Martins, 2006).

Portanto, deliberadamente propõe-se a segundo plano a práxis humana, atividade que ocupa um lugar central nos estudos dos pensadores materialistas dialéticos. A práxis, compreendida como a ação humana consciente, dialética e transformadora sobre a realidade, não pode ser dissociada de qualquer proposição teórica que verdadeiramente se origine dela mesma. É por meio da práxis que a humanidade se reconhece na história, molda seu destino e, simultaneamente, é moldada por ele. Negligenciar essa dimensão é afastar-se da compreensão complexa das relações entre o ser humano, a sociedade e o mundo das determinações sociais. Nesse contexto, nossa intenção aqui é reafirmar a importância da práxis humana como ponto de partida e núcleo central de nossa análise no método proposto.

Seguindo essa formatação, entende-se que é preciso primeiro compreender quais são as bases fundamentais de cada método e como funcionam as lógicas que dão sentido a essas duas distintas formas de se perceber a realidade para que se possa distingui-las. Realizaremos a seguir algumas reflexões que julgamos importantes em relação às duas perspectivas epistemológicas, distanciando-as cada vez mais ao longo desta exposição.

Começando pela pesquisa qualitativa, existem pilares conceituais que caracterizam o método e que ajudam a estabelecer uma noção mais ampla de quais são as conclusões e do

que se busca alcançar por meio dessa visão epistemológica. Entendendo isso, põe-se necessário estabelecer e discutir cada um deles rumo ao que se pode chamar de uma percepção mais complexa e esclarecida dessa teoria. A autora Martins, objetiva uma explanação dos aspectos mais relevantes, como, o ambiente natural, o caráter descritivo, a pesquisa voltada ao processo particular, a hermenêutica dos fenômenos e a análise indutiva, e realiza uma crítica a cada um deles mostrando a contradição exposta das duas práticas epistemológicas.

Assim, preponderando pela análise materialista histórica e dialética da realidade, esclareço uma posição de defesa e, justamente por isso, de oposição à fenomenologia, para explicar as impossibilidades de adoção do método marxista para análises qualitativas. Tendo estabelecido isso e indo direto ao ponto fundamental que impede a coexistência de princípios compartilhados das duas teorias analisadas, trago a categoria da totalidade como o princípio fundamental de nosso estudo à luz dos pressupostos teóricos do marxismo. Neste sentido, não se pode negar que tanto o método qualitativo quanto o positivismo, utilizam-se do princípio de exclusão para tirar conclusões superficiais sobre os fenômenos. Ou seja, na constante relação que se dá entre sujeito e objeto, qualidade e quantidade, indução e dedução e tantas outras questões de dualidade da matéria, separa-se, nesses métodos, sempre essas dualidades como se elas existissem independentes umas das outras (Martins, 2006, p. 8-9). Todavia, quando nos aprofundamos na teoria formulada por Marx, percebemos que ele toma como base a totalidade dessas dualidades na materialidade ou, de maneira análoga, no materialismo histórico dialético não se pode separar a dialética quantitativa e qualitativa das coisas, à medida que elas se relacionam e se manifestam na realidade.

De maneira própria, a lógica dialética da epistemologia marxiana não é excludente, uma vez que incorpora a lógica formal indo além, isto é, incorpora por superação. Disso resulta a necessidade de uma profunda compreensão acerca do que seja oposição e contradição. Não se trata de reconhecer opostos confrontados exteriormente, mas tê-los como interiores um ao outro, no que reside um dos mais importantes preceitos da lógica dialética denominado identidade dos contrários (Martins, 2006, p. 9).

Dessa forma, as categorias da dialética, como pontos de apoio do conhecimento, em seu processo de reconhecer o real, são constituídas por uma unicidade ontológica. A qualidade e a quantidade, entre outras, como forma e conteúdo, essência e fenômeno, luta dos contrários, negação, são categorias analíticas que surgem do real, da prática como orientação da teoria e da possibilidade de categorizar e explicar o mundo objetivo. A indução e a

dedução e a lógica formal estão incorporadas na lógica dialética enquanto um método de conhecer o mundo.

Apropriando-se da percepção dialética das coisas, abrem-se possibilidades mais complexas sobre o que é a realidade material e como a teorização dessa realidade pode ser facilmente deturpada se não for vista como fruto de um processo histórico dialético. Colocada essa problematização, Marx vai às origens da sociedade humana, trazendo a essência histórica constituída nos sistemas de produção que o homem produziu até hoje. Nessa busca, Marx revolucionou o pensamento teórico e permitiu uma nova metodologia que nasce a partir da práxis humana, isto é, do trabalho que se estabelece na relação humano e materialidade, criando a subjetividade que atua de forma dialética sobre a objetividade que também é dialética, pois ambas são materialidades. Portanto, conclui-se que o homem, sua cultura e subjetividade, são provenientes de uma relação de desenvolvimento que se deu pela sobrevivência e pela satisfação das necessidades humanas através do trabalho.

Uma vez internalizado que não existe um homem, como o conhecemos, separado de uma coletividade e de uma história que determina sua consciência, constata-se que é ignorar a totalidade de sua existência analisá-lo como um indivíduo particular e dicotomizado da universalidade que o abrange. Por isso, para que se possa entender o ser humano e seus fenômenos, partindo da perspectiva marxista, é importante sistematizar teoricamente a realidade incorporando-se princípios teóricos já existentes para que se tenha a base necessária no entendimento da totalidade social.

Exemplificando, toma-se por experiência e observação sensível o real imediato, abstrai-se através do método teórico escolhido a percepção sobre esse real imediato e o transforma, após esse processo, em real ou concreto pensado. Ora, não seria possível, tendo isso em vista, que um simples observador pudesse compreender a realidade, levando em conta todas as relações dialéticas que a permeiam, sem que esse tivesse antes de tudo, noção de como os mais diversos fenômenos se influenciam compondo a realidade em si (Martins, 2006, p. 14-15).

Concluindo fundamentalmente a separação que existe entre o materialismo dialético e a pesquisa qualitativa de caráter excludente, podemos dizer que o materialismo é um método que pretende conhecer a realidade a partir de suas determinações históricas e dialéticas e os sujeitos, na esfera de atuação política, podem mobilizar esses conhecimentos a fim de produzir ações que transformem a realidade, diferente da fenomenologia que não legitima, mas transforma em ideologia dialeticamente constituída, o discurso liberal e o sistema capitalista (Martins, 2006, p. 15-16).

Consideramos que esta breve explicação, que não esgota o tema, pode ajudar a melhor compreender aspectos fundamentais como, um estudo, uma pesquisa, precisa e tem uma concepção de sujeito, de realidade e de mundo. Essa concepção para nós, é materialista pois está fundada na atividade humana como Torriglia (2023) explica,

[...] na realização de nossa história, na complexificação das forças produtivas e em formas de organizações sociais em diferentes contextos da história. Na atual sociabilidade, sabemos, essa forma de produzir e reproduzir a vida, atinge níveis de desvalorização e desumanização antes não vistas. Mas também é nela na qual se produzem as resistências e as lutas, as tendências possíveis de saídas e de outras possibilidades postas e se pôr no movimento do real.

Foi a partir dessa concepção que nos pareceu importante aprofundar a categoria trabalho, e nesse contexto, a pesquisa está organizada em três capítulos, além da introdução que estamos apresentando. No primeiro capítulo apresentamos algumas reflexões em relação a categoria trabalho; no segundo capítulo nos referimos ao trabalho sob a égide do capital, um trabalho que, portanto, desumaniza o trabalhador por sua produção específica de valor; no terceiro buscamos construir uma compreensão do complexo educacional com base no estudo do trabalho.

Posteriormente, realizamos algumas considerações finais para que o conteúdo fosse sintetizado e refletido. Dessa forma, juntando os capítulos e elaborando uma conclusão, foi possível estruturar um estudo que desse conta de explicar, mesmo que superficialmente, nosso tema complexo que envolve a ontologia de Lukács, o trabalho e a educação.

2. TRABALHO COMO CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL

Nesse primeiro capítulo, buscaremos o trabalho como categoria fundante do ser social. Realizaremos algumas aproximações para entender como se desenvolveu o processo de humanização do homem a partir da atividade de transformação da natureza para prover sua subsistência e como essa ação — que foi complexificando-se historicamente — possibilitou o salto ontológico da animalidade à humanidade.

A espécie humana foi constituindo-se a partir de um processo histórico de transformação do macaco antropomorfo em homem (Engels, 1952). Esse processo, profundamente estudado por biólogos e constantemente referenciado a partir da teoria da evolução das espécies de Darwin (2003), levanta questões essenciais para entendermos a influência do trabalho na transformação do homem no decorrer da história. Fundamentando-se no referencial teórico marxista, especificamente em Lukács (2013), Marx (2011) e Engels (1952), entende-se que o desenvolvimento do gênero humano ocorre através da complexificação histórica das formas de ser orgânicas e inorgânicas, da mesma maneira, o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho, por exemplo, são categorias provenientes da própria complexificação da matéria.

As categorias específicas do ser social são sínteses de uma grande forma qualitativa de ser; na origem desta forma está o trabalho, categoria responsável pela existência do ser social em si. Para que se possa entender essa forma de ser, que é o ser social, é preciso visualizar como ela se articula com as outras formas que a precederam, as formas inorgânicas e orgânicas da matéria. Nesse sentido, objetivamos examinar detalhadamente a origem da espécie humana como aquela que, particularmente, trabalha e se utiliza do pôr teleológico, assim, construiremos uma compreensão acerca das categorias do ser social.

Mesmo que em alguns momentos nos voltemos a categorias e conceitos específicos para a compreensão do ser social, só poderemos compreendê-lo se o considerarmos em sua totalidade. Por isso, defende-se que todas as formas de ser pertencem a uma totalidade. A matéria observada, presente em cada centímetro da existência, é um contínuo processo histórico de contradições, casualidades, reproduções orgânicas e trabalho.

O ser social, como forma de ser ontológico, não existiria sem a matéria orgânica, já a matéria orgânica não existiria sem a inorgânica. Essa dialética, explorada por Hegel e aprimorada por Marx para a perspectiva materialista, nos indica a maneira como a matéria se organiza qualitativamente em diferentes formas e conteúdos. Dessa maneira, as contradições

materiais que permeiam e determinam as formas de ser são as mesmas que fundamentam a realidade do ser social, por isso, somos parte da natureza ao mesmo tempo em que nos distinguimos, qualitativamente e ontologicamente, da própria natureza.

Mas o que diferencia de fato o ser social das formas orgânicas e inorgânicas de ser? Qual o propósito de colocarmos essa divisão qualitativa de ser? O trabalho, como categoria que marca a divisão ontológica entre gênero humano e natureza, só pode ser colocado em um patamar qualitativamente diferente das outras formas de ser se concluirmos que foi necessário um salto decisivo o qual marca essa ruptura qualitativa. Desse modo, assim como a forma orgânica incorpora a forma inorgânica, da mesma maneira que a inorgânica se transforma a partir dessa incorporação, a forma do ser social, incorpora essas duas formas e as transforma. Porém, esse movimento dialético de incorporação e diferenciação só é possível por meio de um salto ontológico, nesse caso, será necessário fazermos uma retomada histórica para a compreensão de algumas características e consequências deste salto.

De acordo com a paleoantropologia, subárea da arqueologia que analisa fósseis e ferramentas do passado, os primeiros ancestrais do homem contemporâneo surgiram em um período estendido até 7 milhões de anos atrás (Neves *et al.*, 2015, p. 95). De acordo com Engels (1952, s/p) “eram cobertos de pêlos, tinham barba, orelhas pontiagudas, sobreviviam em manadas e viviam nas árvores”. Nesse contexto, nossos antepassados utilizavam suas mãos como meio para realizar atividades fundamentais para a sobrevivência, essas atividades eram diferentes das exercidas pelos pés. Por exemplo, eles usavam as mãos como duas muletas para facilitar a locomoção e subir em árvores. Essas habilidades manuais foram essenciais para a adaptação dos primeiros homínídeos ao ambiente em que viviam e para o desenvolvimento da espécie humana (Engels, 1952).

Por conta das funções específicas realizadas pelas mãos daqueles macacos e que se diferenciavam das funções dos pés, um salto foi possibilitado, um movimento decisivo: o caminhar ereto. Dessa forma, novas atividades foram incorporadas ao cotidiano daqueles animais, fazendo com que as mãos, em um movimento de adaptação, fossem aperfeiçoadas por milhares de anos até que, por fim, pudessem construir sua primeira ferramenta. Sobre o desenvolvimento a partir da categoria trabalho e da gênese do ser social, Lukács (2013, p. 43-44) afirma que,

Considerando que nos ocupamos do complexo concreto da socialidade como forma de ser, poder-se-ia legitimamente perguntar por que, ao tratar desse complexo, colocamos o acento exatamente no trabalho e lhe atribuímos um lugar tão privilegiado no processo e no salto da gênese do ser social. A

resposta, em termos ontológicos, é mais simples do que possa parecer à primeira vista: todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social [...].

As ferramentas criadas a partir do trabalho pelos primeiros hominídeos, portanto, são registros que marcam a presença e influência do trabalho no desenvolvimento das categorias do ser social em sua origem. Nesse cenário, onde compreendemos os valores de uso das ferramentas criadas pelo trabalho e para o trabalho, concretiza-se a base para o desenvolvimento do ser social, podendo ser analisada, por esse meio, a totalidade do percurso histórico do gênero humano. Consequentemente, pela ontologia de Lukács e pela via analítico-abstrativa marxista, observando a totalidade do processo que levou ao desenvolvimento do ser social, podemos afirmar que o trabalho é a gênese da própria espécie humana e, portanto, motor fundamental do desenvolvimento social (Lukács, 2013, p. 41-42). Nas palavras de Marx (2011, p. 167):

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.

A partir do desenvolvimento da mão, impulsionado pelo caminhar ereto e pela mediação constante entre homem e natureza, o ser humano foi capaz de realizar uma grande variedade de atividades, tais como a fabricação de ferramentas e utensílios para caça, construção de abrigos e produção de alimentos. A habilidade manual, aliada à potencialidade cerebral cada vez mais aprimorada, permitiu que os seres humanos trabalhassem de forma cooperativa e desenvolvessem a linguagem como forma de comunicação. Essa comunicação não-verbal, que provavelmente envolvia gestos e expressões faciais, foi evoluindo gradualmente até que, por necessidade de comunicação mais complexa, surgiu a possibilidade de dizer a palavra articulada uns aos outros (Engels, 1952).

Em vista disso, a mão que se beneficiava do fator trabalho, não só aperfeiçoava a si própria para realizar atividades mais complexas e específicas como também afetava o corpo integral a qual pertencia (Engels, 1952). Engels, portanto, apoia-se na lei de correlação do crescimento proposta por Darwin para afirmar que as diferentes partes do corpo estão inter-relacionadas e influenciam em camadas complexas que não são imediatamente perceptíveis. Assim, características biológicas que, a princípio, parecem desconexas, na verdade determinam a composição de outras partes do corpo. Nesse sentido, o

desenvolvimento das mãos foi um fator determinante na transformação do corpo do macaco antropomorfo em homem, contribuindo não apenas para a consolidação de um instrumento individualizado, mas também para a transformação integral do corpo (Engels, 1952).

Foi nesse contexto que se desenvolveu o órgão da laringe, permitindo a produção de sons vocais que pudessem ser combinados em palavras e frases, dando origem à linguagem verbal. Essa evolução linguística permitiu que os seres humanos trabalhassem de forma progressivamente mais complexa e eficiente, desenvolvendo tecnologias avançadas e estratégias de adaptação cada vez mais elaboradas. De fato, é pertinente destacar que o trabalho foi a atividade primordial responsável pela criação da linguagem no ser humano. A linguagem é um dos pilares essenciais da evolução humana, pois possibilitou e aperfeiçoou a comunicação, a transmissão de conhecimento e a cooperação entre os indivíduos, permitindo o desenvolvimento de ferramentas e tecnologias cada vez mais complexas e a adaptação a diferentes ambientes (Engels, 1952). De acordo com Engels (1952, s/p),

Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida, como por artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini.

A prática da caça e da pesca, por exemplo, concretizada por meio das ferramentas criadas pelo desenvolvimento do trabalho e pelo uso das mãos, forneceu ao homem formas variadas de nutrir o corpo e o cérebro. Nesse novo modelo de subsistência, novas substâncias transformaram não só o cérebro como também o metabolismo; a transformação do cérebro, principalmente pela ingestão da carne, um alimento completo para o desenvolvimento específico desse órgão e a transformação do metabolismo por conta da digestão de diferentes alimentos. A relação entre palavra articulada, cérebro, metabolismo e trabalho, expandiu a consciência sensorial do homem, isto é, ele podia ouvir, tocar, ver e degustar de maneira muito mais detalhada que os outros animais, num sentido de percepção e distinção consciente (Engels, 1952).

Aliando os sentidos aguçados com o consumo da carne, o trabalho teria novamente seu papel decisivo na ampliação do domínio da espécie humana sob a natureza, ele seria o responsável pela utilização do fogo e pela domesticação dos animais. Esses dois fatores são marcos reconhecidos na história da humanidade. Através deles, estabelecia-se uma base de possibilidades para a espécie humana, entre essas possibilidades estava a capacidade de

adaptação em diferentes áreas do globo, quentes e frias, a multiplicação da carne, a digestão do alimento cozido e, principalmente, possibilitava que o homem economizasse tempo para exercer sua existência mergulhada no trabalho (Engels, 1952). Segundo Engels (1952, s/p), os homens

[...] foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a propor-se e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura, e mais tarde a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados.

O aperfeiçoamento do trabalho, fez com que a espécie humana se diferenciasse constantemente dos animais. As próprias características do trabalho foram se modificando na medida em que o homem se organizava para uma sobrevivência mais complexa e eficiente. Uma das evidências dessa organização adaptativa é a capacidade de previsão que o ser humano desenvolveu para melhor cumprimento de suas necessidades. Enquanto isso, os animais se adaptam à natureza, mas não de forma consciente. Por outro lado, o ser humano em algum momento já poderia compreender que levando uma região frutífera à escassez, teria problemas em conseguir alimentos no futuro (Engels, 1952).

Destacamos ainda que, embora o ser humano tenha se transformado a partir da relação com o meio e com a produção de ferramentas para atender suas necessidades, existem também fatores biológicos que permitiram o surgimento do trabalho. Desse modo, mesmo que os animais domésticos sejam diretamente condicionados no convívio com o homem, são limitados pela incapacidade biológica, da fala, por exemplo. Enquanto que o papagaio mesmo possuindo capacidade de fala e de reação coerente, porém instintiva, dentro das relações com os humanos, não é capaz de desenvolver o mesmo tipo de funções que o cérebro humano domina para a compreensão e transformação de conceitos (Engels, 1952). Em suma, podemos dizer que o trabalho impulsiona a transformação do humano, mas isso não quer dizer que os animais adquiram as mesmas características do homem ao se submeterem às mesmas necessidades adaptativas. É necessário levar em conta o processo biológico complexo e específico que culminou no surgimento e desenvolvimento do próprio trabalho. Nesse caso, nos direciona Marx (2011, p. 327):

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o

primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade.

Agora que avançamos em alguns conceitos relacionados ao desenvolvimento da espécie humana e traçamos diferenças essenciais entre o homem e o animal, podemos entender que quando nos referimos ao salto qualitativo que teve origem no trabalho e culminou no surgimento do ser social, já estamos diante do salto que dá sentido às sínteses do pensamento ontológico.

Diante disto, seria possível encontrar explicações sobre o desenvolvimento humano a partir de experiências em laboratório? É possível reproduzir um processo de milhares de anos a partir de experiências com espécies primatas de nosso tempo? É possível demonstrar o processo histórico a partir de experimentações isoladas da totalidade social e das situações objetivas e concretas que a geraram? Os experimentos contemporâneos realizados em macacos mais desenvolvidos, por exemplo, não levam em consideração as condições de existência mais intrínsecas do passado, como a luta pela sobrevivência e a própria auto atividade adaptativa que é paradoxal ao experimento laboratorial, por esse motivo, não alcançam respostas ontológicas satisfatórias. Além disso, a espécie que deu o salto para o trabalho deveria ser qualitativamente mais desenvolvida, mais próxima ao trabalho do que os macacos que hoje são expostos aos experimentos de laboratório (Lukács, 2013, p. 43).

Por isso, diferente das teorias sobre a complexificação da matéria orgânica que, com auxílio e observação da matéria inorgânica, possibilitam respostas empíricas sobre a origem e o desenvolvimento dos primeiros organismos, ainda não é possível medir ou reconstruir em um ambiente controlado os fatores empíricos específicos que possibilitaram o surgimento do trabalho em nossos ancestrais. As características biológicas indicam apenas algumas possibilidades de aproximação do que foi o salto qualitativo no humano. Mas, pela irreversibilidade do caráter histórico do ser social, não podemos recriar as condições objetivas que permitiram a concepção do trabalho no homem (Lukács, 2013, p. 42).

As outras categorias, derivadas do trabalho, como a linguagem e a própria organização social, são colocadas como derivadas porque se originam dialeticamente do próprio trabalho, mas elas não surgem de maneira isolada e fenotípica, elas são sínteses da complexificação contínua do ser social e sua totalidade. De acordo com Lukács (2013, p. 44), “somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é,

essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica”. Portanto, ainda que as outras categorias do ser social estejam intrincadas ao trabalho, somente o trabalho possui o caráter de gênese para o salto qualitativo, ele é o elo entre o animal e a espécie humana, ao mesmo tempo em que nos diferencia da própria natureza orgânica, ele é capaz de desenvolver outra forma qualitativa de existência.

Essa organização básica do trabalho se desenvolveu ainda na família primitiva, onde o homem percebeu que poderia destinar às mãos alheias a execução do trabalho pensado (Engels, 1952). Foi assim que os grandes saltos no progresso da sociedade foram atribuídos ao cérebro, ao trabalho organizado e pensado, fazendo com que o ser humano desse um foco muito maior para as necessidades refletidas no pensamento do que as necessidades em si, aquelas colocadas pela totalidade da materialidade e seu processo histórico. Sobre a influência do mundo conceitual na organização da vida humana, Engels (1952, s/p) ainda indica que

Foi assim que, com o transcurso do tempo, surgiu essa concepção idealista do mundo que dominou o cérebro dos homens, sobretudo a partir do desaparecimento do mundo antigo, e continua ainda a dominá-lo, a tal ponto que mesmo os naturalistas da escola darwiniana mais chegados ao materialismo são ainda incapazes de formar uma ideia clara acerca da origem do homem, pois essa mesma influência idealista lhes impede de ver o papel desempenhado aqui pelo trabalho.

Lukács (2018) reflete sobre esse movimento de desenvolvimento do trabalho em uma sociedade que se torna cada vez mais simbólica e se afasta de suas necessidades primárias. Nessa análise, problematiza que enquanto filósofos como Hegel e Aristóteles buscavam por um sentido universal através do pensamento humano, Engels (1952) propõe um olhar centrado ao trabalho como produtor de todo sentido. De acordo com Lukács, “todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins” (Lukács, 2013, p. 48). A consciência se constitui a partir do mundo objetivo que é o ponto de partida de todo trabalho, da mesma maneira, todo trabalho possui por sua especificidade a busca por um fim, por isso, todo sentido social tem origem no próprio trabalho.

Seguindo esse raciocínio, o processo responsável pela criação dos sentidos na humanidade, também responsável pelo reconhecimento da consciência enquanto momento ideal com potência material, é o pôr teleológico. Trata-se, em síntese, do processo em que o ser humano, a partir de suas necessidades, dotado de habilidades e conhecimentos internalizados, imagina um fim para uma ação e realiza essa proposta. Essa diferença é o que torna o trabalho como qualitativamente distinto na natureza, essa é a característica, como

citamos anteriormente em Marx (2011), que nos diferencia das aranhas e das abelhas como trabalhadores.

No entanto, sabemos que o trabalho é a gênese de toda consciência e características do ser social, por isso, ele também é a fonte desse processo de criação de sentido. Destaca-se isso, pois, independente dos processos mentais que deram origem a uma ideia, um fim a ser alcançado, essas ideias, provindas da práxis, só podem concretizar-se quando postas em contato com o mundo causal. O pôr teleológico não é criador do mundo, como defendem os idealistas, mas ao contrário, vincula-se com a práxis social, tanto no sentido de constituir-se na relação com o mundo material como orientando a atividade humana no mundo objetivamente. Nas palavras de Lukács (2013, p. 52),

Em Marx, a teleologia é reconhecida como categoria realmente operante apenas no trabalho, tem-se inevitavelmente uma coexistência concreta, real e necessária entre causalidade e teleologia. Sem dúvida, estas permanecem opostas, mas apenas no interior de um processo real unitário, cuja mobilidade é fundada na interação desses opostos e que, para tornar real essa interação, age de tal modo que a causalidade, sem ver atingida a sua essência, também se torna posta.

Por isso, dizemos que a consciência assume papel essencial na manifestação da teleologia. A organização do pensamento, protagonizada pela consciência, reúne significados e interações do sujeito com o mundo material. Essa organização do pensamento possibilita a utilização prática desses significados, tornando possível, desse modo, planejar e idealizar previamente a atividade transformadora da realidade a partir da consciência. Assim, esse movimento faz com que a consciência seja a base para o funcionamento do pôr teleológico. De acordo com Lukács (2013, p.129), o ponto crucial da transformação interna do indivíduo envolve alcançar um controle consciente sobre si mesmo, pois,

Não somente o fim existe na consciência antes de realizar-se praticamente como essa estrutura dinâmica do trabalho se estende a cada movimento singular: o homem que trabalha deve planejar antecipadamente cada um dos seus movimentos e verificar continuamente, conscientemente, a realização do seu plano, se quer obter o melhor resultado concreto possível.

De acordo com o autor húngaro, o domínio que o homem tem sobre seu corpo, que se estende à sua consciência, hábitos, instintos e afetos, é uma demanda fundamental do trabalho mais primitivo. Por isso, deve influenciar profundamente a maneira como o homem se vê. Este domínio requer uma relação qualitativamente diferente e completamente distinta daquela

que corresponde à condição animal, pois tais exigências são apresentadas por todos os tipos de trabalho (Lukács, 2013, p.129).

Lukács (2013, p. 129) argumenta que a consciência humana deixa de ser um epifenômeno biológico para se tornar um elemento ativo essencial do ser social em desenvolvimento. O autor examina como o trabalho, ao afastar o homem de suas barreiras naturais, desempenha um papel crucial na redefinição da consciência. Ele a apresenta como portadora de pores teleológicos da práxis, destacando a importância desse movimento na nova função da consciência.

No entanto, mesmo reconhecendo o papel da consciência para que o pôr teleológico se configure, é preciso diferenciá-los num sentido mais complexo dos conceitos. O pôr teleológico, como categoria e como “pôr”, está caracterizado como uma vontade da consciência que se concretizou, que atingiu as finalidades propostas. Em outras palavras, não existe pôr teleológico apenas na consciência do sujeito que planeja, mas sim no movimento complexo entre a consciência que almeja uma finalidade específica e a realidade que se concretiza por conta dessa práxis. A importância da categorização do pôr teleológico se dá por esse sentido, ele se apresenta aqui como uma categoria ampla do pensamento humano que, englobando a práxis e a consciência, manifesta-se objetivamente na validação prática das ideias.

A dialética entre teoria e prática proposta pelo conceito de práxis em Marx também nos traz indícios de como o pôr teleológico se categoriza na objetivação prática. Desse modo, entende-se práxis como a relação crítica que o homem estabelece no metabolismo com a natureza para que determinado fim seja alcançado, assim, é uma relação constante de descoberta e transformação a partir da interação entre sociedade e natureza. Dito com outras palavras, práxis é o conceito que considera que o humano tem certo domínio sobre sua própria realidade, que, dotado de consciência, tem potencial de pensar sua prática em busca de diferentes possibilidades de combinações das formas materiais.

Portanto, relacionando o conceito de práxis com pôr teleológico e abrangendo para a concepção do trabalho como gênese desses dois conceitos, afirmamos que existe uma linha dialética que aproxima esses conceitos e, ao mesmo tempo, os diferencia. A compreensão que temos nos orienta a conceber o trabalho como base fundante das categorias do ser social. Nesse sentido, o trabalho possibilita o desenvolvimento de novas categorias do ser social, ao mesmo tempo, em que carrega a lógica materialista de funcionamento dessas mesmas categorias. Marx nos auxilia a conectar esses movimentos dialéticos ao conceito de trabalho, afirmando que o trabalho é, primordialmente, um processo entre o homem e a natureza. Nesse

processo, o homem, através de suas próprias ações, atua como mediador, regulador e controlador de seu metabolismo com a natureza. Vejamos o que diz Marx sobre o trabalho:

Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 2011, p.326-327).

A finalidade social, nesse contexto, é parte de um processo dialético proposto pelas próprias características de planejamento do trabalho. A vida orgânica, organizada pelo pôr teleológico, está sempre permeada pela consciência e pela busca dos fins. Consequentemente, o movimento que gera essa busca, esse atrito entre consciência e causalidade, desenvolve e desencadeia transformações nos próprios fins sociais, nas próprias necessidades.

Contudo, a criação de novas necessidades não necessariamente conduz a uma maior complexificação da práxis social. De fato, uma sociedade que ainda encontra-se imersa na prática cotidiana de atribuir significados aparentemente ilógicos a eventos materiais, como por exemplo, o falecimento, as tragédias e até a ideia de consciência, reflete também uma manifestação mais ampla de alienação em relação ao conceito de trabalho e à própria práxis. Sim, é plausível indagar sobre o futuro e as possibilidades metafísicas da matéria, sobre a morte e a especificidade que é a concepção da consciência. No entanto, surgem questões científicas perante esses apontamentos. Essas questões não podem ser distorcidas e transformadas em dogmas. Visto que temos o conhecimento necessário para analisar a história humana e considerar o trabalho como motor dos sentidos e aflições que a própria humanidade reflete no cotidiano e no direcionamento da vida social.

Somos parte da natureza, por nosso corpo biológico, mas também somos capazes de analisá-la, estudar suas leis e aplicá-las da maneira mais adequada (Engels, 1952). Desde 1876, quando Engels colocou essa ideia básica para a compreensão do trabalho, houveram muitos avanços na área da ciência natural que desvendaram o papel da natureza para resolução de necessidades sociais. Esses avanços, colocados pelo entendimento complexo de como a matéria engloba nossa vida biológica, enfrentam de modo direto o idealismo, concretizado principalmente pelo cristianismo, na contemporaneidade. Observamos, portanto, que quanto mais a ciência avança, mais se torna irrefutável a ideia de que fazemos parte integralmente da natureza, tanto como ser pensante, sensível e “espiritual”, tanto como ser biológico e animal.

Destacamos, com isso, uma diferença significativa entre seres humanos e animais, que se deve ao trabalho e ao seu constante aperfeiçoamento ao longo da história, gerando incessantemente o novo. O trabalho humano é marcado por uma complexa habilidade de organização e planejamento futuro, o que permite afastar-se das barreiras naturais. Em contraste, os animais são guiados por reflexos instintivos, agindo imediatamente em resposta a estímulos do ambiente. Posto isso, quando falamos de vontade e transformação, falamos da capacidade de planejamento, previsão de resultados e percepção das necessidades de maneira consciente. Por outro lado, esse complexo não existe nos animais, pois, por mais que eles possuam características próprias, não são capazes de desenvolver uma práxis que atue no afastamento das barreiras naturais.

Diante disso, é certo dizer que o homem tem consciência da sua qualidade distinta dentro da natureza? A sociedade capitalista, em sua estrutura geral, permite o desenvolvimento do trabalho como potencialidade do gênero humano? Somos seres sociais frutos do trabalho, mas como sociedade organizada, incorporamos a crítica ao trabalho como base para os sentidos da vida social? A incapacidade de perceber o movimento do trabalho no mundo objetivo, um movimento de sínteses que se conecta a uma totalidade, representada pela totalidade do mundo real, resulta na incompreensão das consequências básicas desse mesmo trabalho.

Nossa sociedade se encontra num ponto do desenvolvimento no qual já é possível prever o desaparecimento de espécies, tanto vegetais quanto animais, por exemplo, mas as necessidades colocadas por esse mundo que o trabalho criou nem sempre buscam reverter essas situações de extinção. A concepção, refletida pelo processo de empoderamento do idealismo, é de que apenas o trabalho pensado organiza a sociedade. No entanto, essa concepção não considera que são as necessidades materiais em sua totalidade que organizam a sociedade. Isso acaba provocando o afastamento entre o planejamento social e a compreensão das consequências materiais desse planejamento.

Neste capítulo que se encerra apresentamos a categoria trabalho como atividade fundante do ser social, como atividade humanizadora do homem. A seguir, no próximo capítulo, trataremos do trabalho e sua especificidade na forma capitalista onde é principalmente caracterizado como uma atividade alienante e desumanizadora.

3. TRABALHO NEGATIVO/ALIENAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO

Até o ponto atual desta pesquisa, o trabalho, intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da espécie humana, manifesta-se como um traço distintivo entre formas orgânicas e inorgânicas de ser e a forma do ser social. Frequentemente, o termo "trabalho" é associado à atividade diária remunerada, sendo muitas vezes usado como sinônimo de emprego. Contudo, em nosso estudo, buscamos expandir esta definição para além de suas manifestações aparentes e entender suas características fundamentais. Por isso, neste capítulo, examinaremos a forma como o trabalho se apresenta na sociedade capitalista.

Os tópicos que abordaremos a seguir são bastante complexos. Para isso, usaremos certas categorias explicativas que são essenciais para entender toda a teoria de Marx presente em sua obra "O capital". Em outras palavras, vamos apresentar argumentos que defendem um ponto de vista específico, considerando as questões provocadas por uma leitura e compreensão particular da obra de Marx e da tese de doutorado de Oliveira (2021).

Como apresentado no capítulo anterior, os meios de subsistência e as necessidades fantasiosas criadas pela sociedade organizada são igualmente essenciais para o desenvolvimento do ser social. O desenvolvimento e a vida social é um movimento dialético onde não há prioridade, pois, como discutimos, é essa característica que nos torna uma forma de ser qualitativamente distinta do resto da natureza. Em outros termos, tanto os meios de subsistência necessários para a sobrevivência, como as necessidades abstratas e fantasiosas da humanidade são parte do movimento dialético que nos determina como seres sociais (Oliveira, 2021, p. 246).

Em relação aos meios de subsistência, são eles os responsáveis pela sobrevivência do ser humano na natureza. Ao decorrer do desenvolvimento humano — no movimento histórico e dialético que o trabalho empenha no afastamento das barreiras naturais — o ser social, com suas ferramentas, exerce maior domínio sobre a natureza para a satisfação das suas diversas necessidades (Lukács, 2013, p. 82). Por conta dessa capacidade ampliada de domínio sobre a natureza, possibilitada pelo pôr teleológico, originam-se os meios de produção; são os meios pelos quais o ser social produz sua existência e, também, garante a sua sobrevivência (Marx, 2011, p. 68).

Os terrenos, máquinas, fábricas, ferramentas e matérias-primas, por exemplo, são meios de produção retidos como propriedade privada pelos capitalistas. Assim, os meios de produção, incluindo as ferramentas geradas pelo próprio trabalho, tendem a pertencer cada

vez mais a uma ordem social do que natural. O exemplo de matéria-prima proposto por Marx demonstra esse movimento de transformação do trabalho, pois

Assim é o peixe, quando pescado e separado da água, seu elemento vital, ou a madeira que se derruba na floresta virgem, ou o minério arrancado de seus veios. Quando, ao contrário, o próprio objeto do trabalho já é, por assim dizer, filtrado por um trabalho anterior, então o chamamos de matéria-prima, como, por exemplo, o minério já extraído da mina e que agora será lavado. Toda matéria-prima é objeto do trabalho, mas nem todo objeto do trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho (Marx, 2011, p. 328).

Por essa dualidade também se constituem os meios de produção, porém, com um crescimento constante daqueles meios que são aperfeiçoados pelo trabalho humano. Esse modelo de transformação, marcado pela presença do trabalho, é o desdobramento dos conteúdos que abordamos no primeiro capítulo que permeia todas as categorias do ser social. Isso significa que essa mesma condição de subsistência mediada pelo trabalho, origina não só o pensamento humano, a teleologia e as categorias abstratas do ser social, mas também produz uma sociedade dialeticamente concreta e simbólica, com seus meios de produção e subsistência.

Os meios de subsistência e os meios de produção — a interação entre natureza e trabalho — são, portanto, aquilo que produz riqueza. A riqueza, nesse caso, proposta como aquilo que satisfaz as necessidades do ser social, representa o objetivo fundamental da sociedade (Oliveira, 2021, p. 247). Alinhando melhor esse raciocínio, a riqueza gerada pelo valor de uso, pela satisfação das necessidades de uma determinada sociedade, está diretamente conectada por aquilo que move esse valor de uso: os meios de produção e de subsistência (Marx, 2011, p. 92).

Nesse contexto, a humanidade em seu contínuo desenvolvimento anseia pelo próprio enriquecimento, ou seja, a sociedade busca atender às necessidades surgidas das contradições inerentes ao trabalho e a esse desenvolvimento que não segue uma trajetória linear. Por conta desse processo específico e histórico, pode-se dizer que o desenvolvimento humano foi e ainda é orientado pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Existem, por exemplo, cada vez mais valores de uso e o ser humano se torna mais rico à medida em que desenvolve meios de satisfazer novas necessidades (Marx, 2011, p. 92-93). Assim, nos possibilitando uma conexão ao conteúdo do primeiro capítulo, Oliveira afirma que

Sob esse ponto de vista, não é o trabalho, mas o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho que altera, extraordinariamente, nossa condição como

humanidade. A pedra lascada, por exemplo, foi uma alteração enorme na natureza e que, somada ao domínio do fogo, promovido em grande medida pelo domínio da técnica para a produção da pedra lascada, promoveu alterações em nossa dieta. Isso permitiu o consumo de carne, que por sua vez alterou a fisiologia de nosso organismo (Oliveira, 2021, p. 248).

Assim, o constante desenrolar histórico dos modos de produção, suas técnicas específicas e suas características passadas de geração para geração, tanto quanto os meios pelos quais esses conhecimentos se perpetuaram, dão forma e orientam o desenvolvimento do trabalho e da sociedade (Oliveira, 2021, p. 248). Sendo dessa maneira até hoje, é essencial que o conhecimento seja registrado nas formas de produção da vida, pois, “sem isso, a cada nova geração, a humanidade teria de recomeçar do zero, ou seja, de sua animalidade” (Oliveira, 2021, p. 248). O desenvolvimento das forças produtivas, portanto, diz respeito não só a satisfação de necessidades imediatas, mas também de necessidades de perpetuação do trabalho organizado e do conhecimento em geral.

Por consequência, os meios de produção se reinventam e se desenvolvem à medida que os humanos ressignificam os valores de uso. Os valores de uso, por sua vez, ditam as necessidades e otimizam o trabalho para o aprofundamento de um modelo social, isso quer dizer que, o desenvolvimento dos valores de uso também representa a eficácia com a qual o ser humano gera riqueza, envolvendo questões como tempo, qualificação técnica e durabilidade. Oliveira (2021, p. 249) explica essa concepção do desenvolvimento das forças produtivas e do conhecimento histórico dizendo que

Em síntese, não é só o trabalho, mas o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho que possibilita o salto ontológico, o ato de se tornar humano. O trabalho é criador do ser, mas não o criou sozinho como humano: houve participação do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, intimamente ligadas à produção e à transmissão de conhecimento.

Nesse contexto, o trabalho, como conceito amplo, ontológico e complexo, camufla-se em meio às contradições sociais as quais está diretamente envolvido. A historicidade do cotidiano, por essa perspectiva, produz uma concepção de trabalho que se molda às características específicas produzidas pelos valores de uso de uma sociedade. Isto quer dizer que o trabalho como conceito ontológico e o trabalho que se configura no desenvolvimento das forças produtivas se diferenciam por conta das contradições específicas de um determinado ponto do desenvolvimento humano (Oliveira, 2021, p. 250).

Por isso, é importante entender o trabalho a partir do modelo social do capital e suas formas específicas de produção de vida. Seguindo essa linha de pensamento, podemos

identificar contradições e propor alternativas ao modelo atual. Oliveira (2021, p. 250) argumenta que não faz sentido usar a compreensão do trabalho fora de seu contexto histórico. O trabalho, portanto, é uma categoria que define ontologicamente o ser humano. No entanto, devido à sua continuidade e complexidade, também representa as formas históricas e contraditórias de produção que possibilitaram o desenvolvimento do conhecimento e a conceituação do próprio trabalho. Como destacado por Marx (2011, p. 205), "por fim, tão logo os homens trabalham uns para os outros de algum modo, seu trabalho também assume uma forma social".

Quando aceitamos que o trabalho só existe através da sociedade histórica na qual ele se configura, entendemos que os modos de produção, confinados e expropriados pela propriedade privada, caracterizam o atual momento do desenvolvimento humano. Dessa maneira, a propriedade privada se apresenta como bandeira principal do Capital. Pois, por meio do desenvolvimento da própria propriedade privada os capitalistas, não sem contradições, reproduzem sua classe e concretizam o movimento de apropriação da mais-valia. Assim, é por meio desse processo que as bases do sistema atual se solidificam e as relações que caracterizam a condição histórica do ser humano neste cotidiano específico - família, propriedade privada e Estado - são estabelecidas (Engels, 1984).

Apesar disso, mesmo quando nossa compreensão crítica reconhece a propriedade privada como um instrumento de exploração capitalista e começa a vislumbrar alternativas para lidar com essa situação absurda, é imprescindível uma análise detalhada desse processo de produção em termos possivelmente mais detalhados. Portanto, prosseguindo com esta discussão e considerando como constatação que tanto a propriedade privada quanto os meios de produção na sociedade capitalista são noções essenciais para uma concepção abrangente do trabalho subsumido ao capital e do ponto histórico atual do desenvolvimento humano, Oliveira (2021, p. 251) complementa dizendo que

Em função desses fatores, há, pela primeira vez na história, a produção de excedente. Esse fator está na base da relação de exploração de um ser humano por outro. Em síntese: o surgimento da propriedade privada dos meios de produção, que alterou radicalmente a produção da existência da humanidade, é condição para o surgimento da primeira grande contradição da história. Aquilo que propiciou a construção da condição de seres humanos cada vez mais ricos – valores de uso – e promoveu o salto ontológico do ser orgânico para o ser social é o que criou, contraditoriamente, as condições para a destruição da condição de humanidade.

Por isso, antes de continuarmos o desenvolvimento do raciocínio geral deste estudo, faz-se necessário, mesmo que resumidamente, colocar a partir dos escritos de Marx sobre a fórmula geral do Capital, a função direta e crua que desempenha o trabalhador dentro dessa organização do trabalho. Neste elucidar, serão abordados conteúdos lógicos e diretos sobre o funcionamento do capital, mas que, por serem intrínsecos ao conceito de trabalho ao qual estamos desenvolvendo, tornam-se valiosos para fundamentar este estudo. Dito isso, observa-se que Marx faz uma análise do capital e, separando as características da mercadoria de acordo com seu valor, explica as diferentes relações que se dão na circulação de mercadoria entre comprador e vendedor.

3.1 Características da Fórmula Geral do Capital e a Mercadoria Força de Trabalho

Lukács (2013, p.195), baseado na teoria do valor de Marx, argumenta que em um estágio avançado de desenvolvimento, o valor de uso - que é o objeto natural economicamente elaborado em termos de trabalho - tem uma prioridade ontológica em relação ao valor de troca. Ele reitera que a existência e o funcionamento do valor de uso são possíveis sem a necessidade de troca, ou seja, sem o valor de troca. Isso foi uma realidade durante longos períodos. No entanto, o valor de troca não pode existir sem o valor de uso.

Diante disso, quando nos deparamos com uma venda de alguma mercadoria que possui valor de uso, ou seja, que foi vendida para que se comprasse uma outra mercadoria que também possuísse valor de uso, estamos diante uma forma simples de circulação que pode ser representada como $M - D - M$ onde o M representa a mercadoria e o D representa o dinheiro pelo qual a nova mercadoria está sendo comprada. Portanto, nessa relação o consumidor está em busca de algo que supra suas necessidades, troca “M” e “D” por “M”, e faz com que a circulação permaneça simples (Marx, 2011, p. 290).

Já em outro caso, quando o comprador da mercadoria começa o processo a partir do dinheiro, ou seja, quando o objetivo da circulação de determinada mercadoria é a sua venda, trata-se de uma forma de circulação do capital. Dessa forma, sendo a compra de mercadoria para sua venda representada por $D - M - D$, observa-se que o processo gira em torno de obtenção de dinheiro, ou melhor dizendo, da troca de dinheiro por dinheiro mediado pela mercadoria (D-M-D). Obviamente, não fazendo sentido trocar uma quantidade de dinheiro por outra de mesmo volume, diz-se que a fórmula final seria $D - M - D'$ onde a linha do

segundo D representa o volume a mais de dinheiro que foi adquirido pela circulação da mercadoria (Marx, 2011, p. 291).

Marx explica que no segundo caso o dinheiro é valorizado de forma acumulativa e interminável e é nesse processo que focam os capitalistas, onde as riquezas abstratas dessa relação são o objetivo que permite o funcionamento do capital. Tendo isso em vista, é explicado que a forma simples de circulação não é capital, enquanto a valorização do dinheiro através da venda de mercadoria é capital e objetivo primário dos capitalistas (Marx, 2011, p. 292).

Marx aborda o funcionamento real do processo de circulação do capital $D - M - D'$, sendo assim, explica as contradições contidas na busca pelo aumento do valor de uma mercadoria cujo excedente não condiz com a simples circulação dela. Tendo isso em vista, Marx informa que o objetivo da circulação simples é o de comprar alguma mercadoria que possua algum valor de uso e o objetivo da produção capitalista é o de expropriação do excedente que gera lucro, atuando sobre o valor de troca (Marx, 2011, p. 294). Assim,

Nosso possuidor de dinheiro, que ainda é apenas um capitalista em estado larval, tem de comprar as mercadorias pelo seu valor, vendê-las pelo seu valor e, no entanto, no final do processo, retirar da circulação mais valor do que ele nela lançara inicialmente. Sua crisalidação [Schmetterlingsentfaltung] tem de se dar na esfera da circulação e não pode se dar na esfera da circulação (MARX, 2011, p. 311).

Com base no exposto, podemos entender que Marx refere-se ao valor de troca da mercadoria. Este valor é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção, não se referindo a uma quantidade específica de dinheiro trocada no processo. Portanto, a geração de valor não acontece durante a circulação da mercadoria, mas sim durante sua produção, através do trabalho. Por esse motivo, consideramos essencial compreender o processo de valorização da mercadoria vendida pelo capitalista na fórmula geral do capital.

Aqui começamos a enxergar que o trabalhador possui uma mercadoria extremamente valiosa para o capitalista que é a força de trabalho. Dessa forma, Marx explica como o valor da mercadoria é transformado no processo de circulação do capital, demonstrando que a força de trabalho, comprada pelo capitalista e vendida pelo trabalhador, tem valor de uso na produção de mercadorias (Marx, 2011, p. 312). Para Marx a força de trabalho é entendida de forma específica, pois para ele é uma característica necessariamente humana que se permite ser fonte de produção de valor, ele explica:

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo (Marx, 2011, p. 312).

Sabendo que a força de trabalho é a mercadoria cujo trabalhador tem a liberdade jurídica de vender dentro do capitalismo, é possível ter mais clareza de como o capitalista deve agir para obter lucro sobre o trabalhador. Destrinchando bem a relação que se dá nessa troca entre capitalista e trabalhador, Marx determina logicamente os cálculos matemáticos que compõem o valor de uso e de troca da força de trabalho, explicando que existe uma renda mínima a qual deve garantir que o trabalhador continue oferecendo sua força de trabalho. Seguindo essa linha de raciocínio, é necessário que o trabalhador continue física e psicologicamente disposto a vender sua força de trabalho e essa quantidade necessária representa o valor da força de trabalho do proletariado, podendo ser medida através do consumo diário do explorado na manutenção da própria vida dentro do capitalismo. Esse cálculo foi citado por Marx da seguinte maneira:

$$w = 365 A + 52 B + 4C + etc / 365$$

Onde:

W = Valor da força de trabalho;

A = Valor das mercadorias de consumo diário;

B = Semanais;

C = Trimestrais.

O capitalista, tendo conhecimento desse cálculo, oferece ao trabalhador um valor que julga valer o trabalho vendido para que possa, posteriormente, extrair a mais-valia de sua força de trabalho. Para entendermos melhor, Marx exemplifica a situação, vamos dizer que a força de trabalho de um trabalhador específico seja equivalente a 6 horas de trabalho, ou seja, em 6 horas ele gerará ao capitalista tudo que deve, porém, trabalha 12 horas e produz um excedente nesse valor, esse excedente será a chave para que o valor da mercadoria seja

aumentado na fórmula $D - M - D'$. Portanto, evidencia-se que as relações de circulação capitalista visam necessariamente a exploração do trabalhador para que haja a valorização do dinheiro no capital (Marx, 2011, p. 319).

Observando as características da fórmula geral e considerando a necessidade do capitalista de obter a força de trabalho que possui valor de uso na produção de mercadorias, Marx faz algumas retomadas de ideologias liberais utilizadas para a manutenção desse processo. De maneira análoga, Marx lembra que é preciso manter o trabalhador disposto a vender sua mercadoria que é a força de trabalho. Ele afirma que isso acontece por meio de ideologias liberais, como a falsa noção de igualdade pelo lado jurídico e a falsa noção de liberdade pela possibilidade de venda da própria mercadoria.

“Assim, a vida dessa classe desprovida dos meios de produção está nas mãos dos proprietários privados dos meios de produção e subsistência” (Oliveira, p. 252). O trabalhador, tendo sua liberdade pervertida à venda da força de trabalho, é, portanto, pertencente a um sistema de classe constituído pela exploração. Esse sistema de classe é único na natureza, não somente pelo fato ontológico ao qual vimos discutindo até aqui, mas também pela grande contradição específica que é o sistema capitalista (Oliveira, 2021). A classe social, por sua vez, utilizada por Marx para apresentar o movimento de exploração entre capitalistas e proletários, é a forma geral pela qual se configura o trabalho capitalista - o trabalho negativo pelo qual nossa sociedade gera seus valores de uso.

As condições de existência do trabalhador, nesse contexto, são marcadas pela manutenção desse corpo que produz excedente. O salário, a moradia, a educação e a saúde, por exemplo, fazem parte de um grande mecanismo de manutenção desse meio de produção que é o proletário (Marx, 2011). Nesse caso, mesmo a força de trabalho sendo uma mercadoria especial dentro da produção de mais-valia, ela ainda é uma mercadoria, uma engrenagem do capital para a satisfação de seu valor de uso primário, o lucro. Intensificando esse conteúdo e servindo de comparação para uma possível compreensão do movimento de estranhamento da atividade do trabalho no capitalismo, Oliveira (2021, p. 251) constata que:

A expropriação dos meios de produção promove a transformação do ser que era social em um ser natural. A classe proprietária privada não apenas expropriou uma outra classe da propriedade dos meios de produção e subsistência, mas a privou da condição de humano. Em síntese, tem-se aqui uma breve apresentação de um tipo de exploração, a escravista. Dessa forma, o escravo é um não humano. Nem mesmo sua própria vida lhe é sua propriedade, mas é propriedade de quem a comprou. O trabalhador, nessas condições históricas, é, portanto, uma mercadoria.

Desvendamos, pois, que, utilizando Lukács, Engels, Marx e a tese articulada de Oliveira, desenha-se um cenário de desenvolvimento humano específico e que já pode ser sintetizado de maneira mais crítica. O ser humano se divide, nesse contexto, entre duas classes, de um lado estão os donos dos meios de produção — os detentores de propriedade privada — e do outro lado estão aqueles que têm que vender sua força de trabalho comprada em troca de uma existência imediatista e animalésca. Com relação a esses dois exemplos de classe, no primeiro encontram-se aqueles que vivem a humanidade, mas não trabalham, no segundo exemplo de classe estão aqueles que têm a sua humanidade negada pela exploração e condição de existência na sociedade do capital.

Mas como o trabalho, responsável pelo desenvolvimento do gênero humano, pelo afastamento contínuo das barreiras naturais e pela solidificação do ser social, poderia ser também o responsável pela negação do trabalhador de sua própria humanidade? O grande salto para entendermos esse questionamento, entretanto, é a percepção crítica da propriedade privada dos meios de produção. Nessa comparação, temos de um lado o trabalho como categoria que possibilitou a transformação do macaco antropomorfo em humano. Por outro lado, trabalho concreto que emancipa, converte-se em trabalho que aprisiona, sob a forma social do capital (Engels, 1984). Ainda em relação ao modo como os meios de produção se perpetuam historicamente, explica Oliveira (2021, p. 253-254),

O trabalho, que propiciou ao longo de milhares de anos a criação da própria humanidade, por resultado do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, passa, com a propriedade privada, a produzir um não humano. É uma relação contraditória: o que produziu o humano cada vez mais humano passa a fazer o movimento contrário. Mas não somente o trabalho: este e a produção e a transmissão do conhecimento. Se anteriormente essa tríade era responsável pela criação da humanidade, com a propriedade privada esses três fatores passam a manter as condições de produção de humanos para uma classe proprietária dos meios de produção e as de não humanos para a classe não proprietária.

Nessa perspectiva, abordamos a importância crucial dos meios de subsistência e das necessidades fantasiosas criadas pela sociedade organizada no desenvolvimento do ser social. A vida em sociedade é uma contínua transformação, realizada pela atividade consciente dos seres humanos e essa é uma característica que nos diferencia qualitativamente do restante da natureza. Em outras palavras, tanto os meios de subsistência essenciais para nossa sobrevivência quanto às necessidades fantasiosas que a sociedade gera são elementos intrínsecos desse processo de desenvolvimento. Ambos são produtos das relações sociais, dos modos de produção e das contradições que surgem dessas relações.

Ao longo da história, o trabalho humano tem sido o elemento central nessa dialética em constante desenvolvimento. Ele nos capacitou ao afastamento das barreiras naturais e a moldar nosso ambiente de acordo com nossas necessidades em constante transformação. O trabalho, como destacado por Lukács e Marx, é o agente dessa transformação, dando origem aos meios de produção que são cruciais para garantir nossa sobrevivência e produzir nossa existência social.

No entanto, sob o sistema capitalista, a relação do homem com a natureza mediada pelo trabalho passa a ter novas determinações. A busca incessante pelo lucro leva à exploração das massas trabalhadoras, negando-lhes sua humanidade. A propriedade privada dos meios de produção emerge como uma força alienante, que desumaniza aqueles que vendem sua força de trabalho, criando uma divisão gritante entre a classe dos proprietários e a classe trabalhadora. Lukács (2013, p.755) afirma que Marx em seus *Manuscrito econômico-filosóficos* tem toda razão ao pontuar que:

[...] o modo de trabalhar no sistema econômico do capitalismo do seu tempo estranhava o trabalhador dos produtos do seu próprio trabalho, transformando-os num meio de coerção e degradando, desumanizando o homem a ponto de sentir-se “livre e ativo” somente em suas “funções animais”.

Portanto, é essencial que analisemos o trabalho, a propriedade privada e os meios de produção em sua determinação histórica e em seu papel na criação e perpetuação das estruturas de classe. Através dessa análise crítica, é possível vislumbrar um caminho para a emancipação da classe trabalhadora. Além disso, podemos construir uma sociedade na qual o desenvolvimento humano possa ser guiado por um modo diferente de como é no capitalismo, onde o trabalho seja, mais uma vez, uma ferramenta de humanização ao invés de alienação.

4. A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA SOCIEDADE E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO

Como apresentado nesta pesquisa, a produção e transmissão do conhecimento, os modos de produção e o trabalho são sínteses do desenvolvimento do gênero humano. Nesse movimento histórico e dialético de autoprodução do ser social, mergulhamos na indissociabilidade entre o trabalho e a sociedade. Mas o que a educação tem com isso? Como a educação e o desenvolvimento contraditório da sociedade se entrelaçam? O único papel da educação, nesse contexto, seria o de uma crítica ao trabalho, à economia, aos modos de produção?

No capítulo anterior comparamos duas categorias do trabalho: o trabalho como categoria fundante do ser social e o trabalho como categoria alienante e central na sociedade capitalista. Com outras palavras, constatamos que o trabalho assume diferentes funções de acordo com a historicidade do ser social e, mesmo assim, nada é capaz de substituir o trabalho como motor do desenvolvimento humano. De maneira contraditória, o trabalho é aquilo que caracteriza a humanidade ao mesmo tempo que, na sociedade capitalista, é o instrumento da própria alienação humana.

Essa contradição categorial - dialética contemporânea das determinações históricas – pode parecer confusa no primeiro momento, mas, para melhor direcionamento, Duayer complementa dizendo que:

[...] a produção capitalista está compelida a ser produção crescente. E produção crescente implica crescimento acelerado das bases técnicas e organizativas da produção. Por isso, é justamente nessa formação social, em seria de se esperar a progressiva redução do trabalho na totalidade da vida social, que ocorre o oposto: na vida social regrada pelo capital o trabalho assume absoluta centralidade (2018, p. 4).

Portanto, a finalidade específica da produção capitalista, a expropriação do excedente que gera lucro, subsuma o trabalho como categoria central na autoprodução da sociedade. De acordo com Marx, isso só se dará de forma contrária, visto que:

[..] quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: “De

cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!
(2012, p. 28).

Entretanto, o ser humano tem a complexidade da sua existência alienada quando é reduzido a vendedor da força de trabalho, quando é convencido de que só pode oferecer sua força produtiva para o planejamento da vida coletiva, para o direcionamento da própria história. Contudo, tendo sido exposto aqui a transformação do macaco antropomorfo em homem orientada pelo aperfeiçoamento do trabalho, sabemos que o homem não é um animal como os outros, sabemos que ele desenvolveu a capacidade de prever e planejar coletivamente o trabalho, negar essa capacidade ao humano é alienar a própria existência social.

Na particularidade do capitalismo, a ênfase reside no contínuo processo de produção e troca de mercadorias, sem grandes considerações pela preservação da natureza ou pelos obstáculos que a própria destruição da natureza, por exemplo, possa impor à vida dos trabalhadores. Nesse sistema social, o imperativo principal é a manutenção ininterrupta do ciclo de produção e troca de bens. (Engels, 1952). O tempo livre no qual o trabalhador não está produzindo as mercadorias para os quais foi contratado, e desempenha atividades de arte e lazer ou produz algo para si, nele estão presentes manifestações das diversas camadas da existência social e suas categorias tão significativas quanto o trabalho. Porém, para o capital, esse tempo é diagnosticado como supérfluo no desenvolvimento social. Assim, acontece na sociedade capitalista que tem como centralidade o trabalho, ela perverte o sentido de desenvolvimento e interrompe as alternativas que surgiriam do aperfeiçoamento histórico de outras categorias. “Em suma, o capital é o sujeito que tudo muda para que tudo permaneça como está” (Duayer, 2020, p. 84).

É contrário, portanto, ao desenvolvimento do gênero humano tentar nutrir as necessidades sociais partindo da produtividade do capital. Enquanto o trabalhador é encarregado do trabalho, uma parcela pequena de capitalistas obtêm o lucro desse trabalho. As necessidades capitalistas, criadas pelo modo de produzir e reproduzir a vida baseada na propriedade privada, no trabalho explorado, não contemplam as necessidades do gênero humano. Isso ocorre porque o sistema retira excedente do trabalhador, que livremente vende sua força de trabalho. Além disso, esse sistema não contempla o domínio básico do humano sobre o próprio planejamento da vida, a própria ciência e a própria liberdade. Marx (1953, p. 26) adverte que:

O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições etc., está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destroçada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia. E, no entanto, toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não se lhe põe um freio lutar, sempre, implacavelmente e sem contemplações, para conduzir toda a classe operária a este nível de extrema degradação.

Nesse limiar já se observam traços de uma discussão sobre a educação, conceitos como liberdade, ciência, pôr teleológico, desenvolvimento e formação social, produção de conhecimento, reprodução, trabalho etc., estão intrinsecamente relacionados com o complexo educacional.

A educação se refere, sem dúvidas, para o “bem” e para o “mal”, às questões de desenvolvimento humano. De maneira específica, demonstra peculiaridades de como o sujeito interage com o mundo objetivo e a partir do reflexo deste e das apropriações e elaborações e em decorrência disso, transforma-se a partir da sociedade que o produziu. A educação é, dentre outras coisas, o constante aprendizado humano para as mais diversas alternativas provindas de uma sociedade contraditória e dialética. Lukács ainda qualifica:

Toda sociedade reivindica certa quantidade de conhecimentos, habilidades, comportamentos etc. de seus membros; o conteúdo, o método, a duração etc. da educação no sentido mais estrito são as consequências das carências sociais daí surgidas (Lukács, 2013, p. 177)

Com isso, Lukács dá sequência a compreensão da educação como categoria do ser social, explicando que:

De modo imediato, trata-se de que o ser social, ao reproduzir a si mesmo, torna-se cada vez mais social, que ele constrói o seu próprio ser de modo cada vez mais forte e mais intenso a partir de categorias próprias, de categorias sociais. Esse aspecto do processo de reprodução, que de imediato parece ser de cunho ontológico-formal, é, contudo, ao mesmo tempo – sendo igualmente de cunho ontológico objetivo – um processo de integração das comunidades humanas singulares, o processo de realização de um gênero humano não mais mudo e, desse modo, da individualidade humana que se desdobra de modo cada vez mais multilateral (cada vez mais social) (Lukács, 2013, p. 178)

Nessa definição, concebe-se a importância da ontologia para entender o complexo educacional. Põe-se que, na medida que a ontologia representa uma forma de entender as influências que no decorrer da história organizam a vida social, ela também se torna objeto de estudo para a contemplação de novos horizontes para o conhecimento e para a educação. A

ontologia e a gnosiologia são, ao mesmo tempo que a afirmação do gênero humano para Lukács, são também, contraditoriamente, motor na autoprodução de uma sociedade que mistifica sua essência social, mas que, ainda assim, desenvolve sua forma específica de autoprodução.

“Todo conhecimento pressupõe uma ontologia, mesmo que realize uma negação nominal” (Torrighia, 2020, p. 17). Dentro dessa perspectiva, a ontologia assume um papel transformador, revelando os horizontes possíveis, as múltiplas alternativas no ato do pôr teleológico e a liberdade presente no direcionamento dialético da história. Nas entranhas dessa dialética filosófica, o conhecimento participa da incessante disputa e transformação das concepções ontológicas ao longo da trajetória histórica da espécie humana.

A própria liberdade, como reflexo das alternativas dialéticas desbravadas pelo conhecimento, tem relação íntima com a ontologia, ou seja, não existe conceito de liberdade que consiga desvencilhar o sujeito social da afirmação que esse mesmo tem da sua própria existência. As alternativas, nessa composição, são sínteses de uma consciência histórica que pensa sobre sua origem, sobre as leis que regem seu pensamento, sobre o fluxo do tempo e do real.

Para a complexidade do tema, “pode-se pensar a educação como um *continuum*, jamais totalmente concluído, mediando sempre a abertura de novos campos às ações humanas nas escolhas dos sujeitos” (Moraes, 2007, p. 332). Torrighia (2020, p. 16) ainda especifica dizendo que:

A prática educativa é uma prática social e tem múltiplas dimensões que faz com que seu objeto seja complexo, pois ele abrange no interior de seu movimento a produção de conhecimentos, as escolhas dos saberes que serão considerados como válidos para a transmissão, os processos de formação dos diferentes sujeitos e os diversos níveis, as relações ensino e aprendizagem, entre outras, como também a relação com diferentes esferas da totalidade social, política, econômica e jurídica que impactam as especificidades próprias desta prática. Um projeto educacional é um projeto político, cultural e ético que se orienta por uma compreensão de sujeito, de realidade, que em certa forma define o sentido e o entendimento da formação humana.

De maneira análoga, a educação, incorporada num processo de desenvolvimento histórico dos complexos liberados pela característica primordial do ser social — o trabalho — representa um contínuo movimento de organização do conhecimento. Nessa mesma cadeia, o complexo educacional é, concomitantemente, o meio pelo qual o conhecimento se revela na autoprodução do trabalho organizado e também é parte do reflexo de como a sociedade concebe sua própria realidade histórica e social. Em outras palavras, a educação se faz pilar na

organização da história. Aqui o conhecimento e o trabalho, como fundamentos, se entrelaçam em um movimento contraditório de reconhecimento, reprodução e transformação do objeto cognoscível da existência social - da ontologia (Torrighia, 2020, p. 17).

Conceitua-se nesta pesquisa a educação, em seu sentido amplo, como prática social que possibilita a reprodução das novas gerações. Uma reprodução, no entanto, que não se limita a perpetuação constricta de uma sociedade e seus costumes aparentes, mas que, na verdade, apropria-se do papel complexo de mediar a relação entre o sujeito histórico e os “instrumentos culturais, as atividades realizadas e objetivadas, o conhecimento produzido, as formas diversas de compreensão do mundo etc.” (Torrighia, 2023). Trata-se de um complexo de práticas sociais responsável pela manutenção do conhecimento, do ensino e da aprendizagem em uma sociedade histórica, isto inclui, portanto, todas as etapas da existência humana.

De maneira condizente com a concepção de realidade dialética que vimos construindo neste estudo, uma definição de educação como prática social não poderia estar separada das relações complexas que viabilizam sua existência. Por isso, quando lembramos do percurso histórico que desencadeou a organização do trabalho e a complexificação cada vez mais específica das ferramentas e meios de produção, evocamos uma característica preliminar da educação - sua função na autoprodução da humanidade. Isso significa dizer que, além de sua particularidade conceitual e geral, em torno do complexo educacional se desenvolvem características restritas de cada sociedade e sua respectiva produção.

A educação, em um sentido mais estrito, é responsável pela complexificação específica do conhecimento acumulado de cada momento histórico em seus modos de produção da existência. Ela surge, principalmente em seu modelo institucional, como meio de desenvolver os modos de produção a partir da formação do trabalhador - do sujeito histórico - para a produção da existência social proposta. Em síntese, para a categoria educação é atribuída a função de exercer uma prática social na transmissão geracional do conhecimento acumulado. Isso pode ocorrer tanto no sentido ontológico de aprendizado contínuo e complexificação do gênero humano, como também no interesse capitalista de "produzir trabalhadores adicionais e supérfluos, em um contexto de desemprego estrutural, aumentando a exploração e a precarização da classe trabalhadora em níveis cada vez mais amplos" (Torrighia, no prelo, p. 2).

Mas como pensar uma educação para o desenvolvimento do gênero humano quando, atrelada a sua condição histórica, ela também desempenha uma função desumanizadora e reprodutivista? Como reorganizar uma instituição que tem como finalidade a alienação do

sujeito trabalhador sobre sua própria atividade, uma instituição que se desenvolve a partir de uma necessidade do capital? O problema colocado se intensifica quando afirmamos que o ser humano é indissociável da totalidade social que o determina, das legalidades jurídicas e das condições de reprodução típicas de sua sociedade. “O ser humano, na medida em que é ser humano e não somente um ser vivo puramente biológico, fato que jamais acontece na realidade, não pode ser, em última análise, separado de sua totalidade social concreta” (Lukács, 2012, p. 346). Apresenta-se, por meio desse princípio, o seguinte desafio: quais alternativas se configuram para a educação em um cenário de determinação social centralizado no sujeito animalizado e desumanizado?

No capítulo sobre o trabalho como categoria fundante do ser social, desvendamos as características do pôr teleológico e sua função no processo de afastamento progressivo das barreiras naturais. Recordamos então que em decorrência dessa característica qualitativamente especial na natureza, os seres humanos foram capazes de desenvolver o domínio sobre esta e, conseqüentemente, desenvolver a reflexão e a crítica inerentes ao movimento da práxis social. Por essa particularidade, seres sociais, mesmo que pertencentes a um sistema de determinações históricas e dialéticas, são parte de uma unicidade ontológica que os permite transformar a natureza, ou melhor dizendo, tratando-se do complexo educacional — um meio de disputa social — os seres humanos são capazes de lutar pela transformação da sua condição de existência.

Nesse processo complexo e psíquico de vislumbrar o futuro a partir das alternativas provindas da negação do meio homogêneo social, das determinações sociais, (Lukács, 2012, p. 344) o ser humano se posiciona diante da realidade e contrapõe a produção de valor capitalista na medida em que afirma sua humanidade. Isso implica afirmar que, embora a educação, como uma categoria complexa, esteja subsumida às determinações históricas e sociais, seu fundamento ontológico sustenta-se na própria característica teleológica do gênero humano.

Desse modo, a educação, em seu sentido mais profundo, não é uma mera característica contemporânea das relações sociais, mas sim uma manifestação intrínseca do ser social em seu movimento dialético com a história. Portanto, “é necessário um tipo de conhecimento que considere a totalidade, que o materialismo histórico e a ontologia crítica nos oferecem” (Torriglia, 2020, p. 17). Moraes, nesse sentido, contextualiza a ontologia colocando que:

A questão sobre “o que é” – a questão do ser – tornou-se cada vez mais presente quando se pergunta sobre “o como” conhecer. Nessa constatação

aparentemente tão simples, expõe-se a radicalidade da ontologia, bem como se evidencia sua relevância para a pesquisa. Isto porque, tenha-se ou não consciência desse fato, a resposta do pesquisador à questão “o que é a realidade?” fundamenta sua compreensão do que são o conhecimento e a ciência (Moraes, 2009, p.595).

Sendo assim, dá-se a relevância da ontologia crítica para a educação e para o conhecimento, “pois o conhecimento, mesmo que aproximativo, da realidade constitui o locus de ação do ser social” (Torrighia, 2020, p. 21). Em contraponto a essa defesa, por exemplo, abordagens neopositivistas cuja ontologia está pautada na análise de verdades aparentes e fenomenológicas, afirmam uma ontologia não crítica. No entanto, essas abordagens compactuam com uma condução científica da dupla verdade proposta pelo cardeal Belarmino¹ (Lukács, 2012, p. 37). “Pois é daí, da própria prática, que devem ser extraídos os fundamentos epistemológicos do ofício do professor” (Moraes, 2007, p. 323). Nesse modelo científico sustentado pela manutenção da produção de valor capitalista, assume-se uma atmosfera absurda de “relativismo e absolutismo, ou, caso se queira, de ceticismo e certeza” (Duayer, 2010, p. 59) em relação à ontologia.

É crucial salientar essa oposição, uma vez que a concepção ontológica do neopositivismo, elaborada e adaptada em prol dos interesses do capital, apresenta-se “como o adversário direto do marxismo” (Torrighia *et al*, 2020, p. 21), por isso, também o adversário direto da ontologia crítica. Isso se evidencia principalmente na sua incapacidade de considerar aspectos essenciais, como a irreversibilidade do caráter histórico, que desempenha um papel fundamental na compreensão da consciência no âmbito do ser social. A ontologia crítica reconhece a importância da historicidade na fundamentação da consciência humana e da práxis social. Por outro lado, a abordagem neopositivista negligencia tais dimensões, comprometendo assim sua capacidade de fornecer uma compreensão genuína das complexas dinâmicas sociais e da qualidade humana em sua totalidade. Portanto, a distinção entre essas abordagens ontológicas é de suma importância para nossa análise crítica, permitindo-nos discernir suas implicações nas alternativas propostas pelas disputas no âmbito educacional.

A espécie humana, portanto, tendo sua atividade fundante corrompida para a expropriação do valor capitalista, padece a mercê de ideologias e crenças idealistas que condizem com uma forma perversa de conceber a vida social e de assumir a história. Em termos simples, o trabalhador, não se reconhecendo como pertencente a sua classe, significa

¹ A dupla verdade é a prática citada por Lukács para apresentar o processo onde a Igreja, representada pelo cardeal Belarmino, em meio aos conflitos com o avanço da ciência, incorporava utilidades científicas que fossem proveitosas em um sentido econômico mas que não negavam, em um sentido direto, a autoridade religiosa sobre a ontologia teológica.

erroneamente sua existência com base em ontologias incoerentes, tanto que sua própria existência e função como ser social se altera. É por conta dessa dinâmica de disputa entre as forças humanizadoras do conhecimento e as forças alienantes do capital que se revelam as verdadeiras funções da educação. Para contribuir com esse raciocínio, Suchodolski ressalta que

Marx dedicou especial atenção ao processo que leva os homens a deixarem de ser o que realmente são. Os homens não desenvolvem as suas verdadeiras propriedades humanas e transformam-se em mecanismos impulsionados por forças estranhas que não só se convertem na sua segunda natureza, mas que chegam a constituir a sua única natureza (Suchodolski, 1973, p. 205).

Como resultado da argumentação proposta neste capítulo sobre as categorias do ser social, tendo sido defendida a condição humana como parte de um complexo de complexos, categoriais estas, provindas de um constante desenvolvimento impulsionado pelo trabalho, torna-se imperativo explicitar a defesa da ontologia de Lukács para a afirmação do gênero humano, para afirmação da própria existência objetiva da educação. Sem um critério de finalidade - proposto pelo pôr teleológico – a educação nada mais seria que mero termo causal nas relações contraditórias do capital. Ao contrário disso, em um sentido mais amplo e responsável, a educação está integrada à historicidade humana, em seu complexo está a base da hereditariedade das gerações, dos significados e das transformações no âmbito do conhecimento.

Entretanto, há uma ressalva de extrema relevância a se considerar. Se o trabalho, enquanto categoria, se apresenta apenas em sua configuração atual — na forma central e distorcida sob a égide do capital — não devemos também indagar se o mesmo não ocorre com a categoria educação? Ambas as categorias, trabalho e educação, se constituem pelo contexto histórico e social em que estão inseridas e, sob o domínio do capitalismo, podem sofrer distorções significativas em seu funcionamento social. Portanto, é imprescindível que analisemos com cuidado as transformações que a educação sofre na lógica do sistema capitalista, assim como fazemos com o trabalho, a fim de compreender as complexas implicações dessas contradições em nossa sociedade. Dessa forma, Suchodolski sustenta essa definição de realidade reforçando que:

As condições reais de vida, sob as quais os homens se alienam a si próprios, levam ao aparecimento de uma forma determinada da existência humana que é ao mesmo tempo real e irreal. É real, porque os homens vivem assim e é irreal, porque a vida que levam lhes é alheia e inimiga também. A tragédia

humana da alienação consiste em que esta vida estranha que o homem leva constitui a sua única vida verdadeiramente concreta (Suchodolski, 1973, p. 207).

Nesse enredo complexo de desvendar da categoria educação, resgatamos a ontologia de Lukács para responder a seguinte pergunta: O que se torna imprescindível ao analisarmos a educação e sua função particular no capitalismo?

Em síntese, mesmo reconhecendo qualquer resposta como parte de um complicado processo de discussão e interpretação da teoria marxista, é legítimo confirmar que, sendo a educação responsável pela organização de todo um complexo estrutural e histórico de desenvolvimento do gênero humano como característica específica do ser social, ela também pode ser responsável por “mostrar o duplo sentido desta discrepância entre a vida dos homens no capitalismo e a sua consciência” (Suchodolski, 1973, p. 208). Ou seja, a educação em seu sentido mais amplo, sendo parte dos complexos dialéticos liberados pelo trabalho, está condicionada à sua própria existência genérica como oposta ao movimento de alienação. Caso as categorias que atualmente estão sob a influência da animalidade proposta pelo capital, incluindo a educação, fossem liberadas pelo trabalho, as propriedades genéricas do ser humano poderiam contribuir para o desenvolvimento da consciência histórica. Isso, por sua vez, beneficiaria a educação e as demais categorias do ser social. Ainda em sua obra sobre a *Teoria Marxista da Educação*, Suchodolski elucida, então, que:

A educação deve esforçar-se não só porque a consciência humana esteja adequada a vida real, concreta, mas deve procurar também que esta vida, ao superar-se a alienação, contenha a necessária forma mediante «propriedades genéricas» essenciais do homem e que assim a consciência evolucione e se aperfeiçoe (Suchodolski, 1973, 208).

Desse modo, a sociedade e a sociabilidade desenvolvidas historicamente pela atividade social específica da humanidade — pelo domínio da natureza, pela organização dos modos de produção, pelo trabalho, pela produção de valor etc. — refletem um cotidiano real e permeado de contradições. Diante dessa dialética que nos faz conscientes, mesmo que a alienação funcione como um instrumento intrínseco ao propósito capitalista de expropriação da mais-valia, ela também se revela como um ponto de referência, um limite contemporâneo imposto à categoria da consciência no âmbito do ser social. Isso implica que, cientes da existência da alienação, podemos compreender a magnitude da própria complexidade humana e de suas potencialidades genéricas.

A educação, nessa conjuntura, é parte fundamental do processo de desenvolvimento do gênero humano, ela se revela como um terreno fértil onde múltiplas aspirações de revolucionar a nossa condição humana tomam forma. Quando a educação está conectada a uma ontologia crítica do ser humano, confronta dialeticamente a alienação para que a nossa capacidade de superação, transformação e finalidade como seres sociais se manifeste. Pois,

[...] é o processo histórico-crítico do conhecimento científico que nos ensina (como seres sociais) a capacidade emancipatória, que nos torna conscientes de nosso papel de educadores que não ignoram que a transmissão do conhecimento e da verdade dos acontecimentos é um instrumento de luta e tem a função de ser mediação na apreensão e generalização de conhecimentos sobre a realidade objetiva, sob a perspectiva de domínio sobre a realidade segundo as exigências humanas (Moraes, 2007, p. 340).

Desse modo, essa potência específica do âmbito educacional não é um fim em si mesma; ao contrário, ela representa uma possibilidade histórica pelo qual o ser humano pode alcançar um domínio mais profundo e consciente sobre si mesmo. Por isso, mesmo diante de divergências e desentendimentos dentro da luta organizada pelo que seria uma educação humanizadora, “há certas condições fundamentais e irredutivelmente diferentes de bem-estar humano que o modo de vida regido sobre as orientações do capital não pode nem poderá satisfazer.” (Torriglia *et al*, 2020, p. 22). Logo, sob essa perspectiva, a educação se configura como uma poderosa ferramenta de luta que, indissolúvel à realidade objetiva que nos constitui, nos permite atuar como seres sociais de acordo com as demandas intrínsecas à nossa humanidade ampliando o campo de possibilidades de futuros alternativos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Em um atencioso debruçar-se sobre a bibliografia selecionada na relação com meus orientadores, fixamos o foco desta pesquisa num constante desvendar da condição humana como espécie que se autoproduz e se desenvolve de maneira particular na natureza. Traçamos uma linha histórica que faz realçar o humano como pertencente ao ser social, um ser qualitativamente diferente das outras formas de existência - das formas orgânicas e inorgânicas de ser. Nessa construção teórica, sustentada nos pressupostos teóricos da ontologia crítica de Lukács, admitimos o gênero humano como aquela condição de existência que, incorporando a organicidade do corpo animal e a inorganicidade da causalidade material, desenvolve-se por meio do trabalho e dos pores teleológicos em uma forma de ser social capaz de transformar intencionalmente a realidade.

O trabalho, nesse contexto, desempenha papel primordial na argumentação da ontologia proposta para a elaboração deste estudo. Por meio de uma visão específica do que significa o trabalho, assumimos uma postura de defesa do materialismo histórico dialético que, baseado em Marx, pressupõe o trabalho como a base da práxis social e, conseqüentemente, daquilo que define o gênero humano e seu desenvolvimento social. Por isso, para definirmos as considerações finais desta investigação, é importante fixarmos esses conceitos em um breve resumo crítico das condições de existência que nos definem.

Primeiramente, assume-se que a mediação dialética e complexa que existe entre homem e natureza é efeito da atividade específica desempenhada pelo trabalho. Nessa perspectiva teórica, é necessário admitir o trabalho como a atividade que se configura com os pores teleológicos, os quais, por sua vez, proporcionam a organização das formas de subsistência. Tais formas se revelam como essenciais na capacidade de desenvolver outras categorias que transcendem a mera sobrevivência da espécie. O trabalho, assim, revela-se como o epicentro da ação humana, permitindo a projeção consciente da finalidade, bem como a configuração das estruturas sociais que garantem a continuidade e a transformação qualitativa de outras esferas do ser social.

Posto isso, ainda que categorias posteriores ao trabalho, como a educação, a linguagem, a consciência, entre outras, sejam tão significativas e reais quanto a categoria central do gênero humano, nenhuma delas poderia existir sem essa primeira categoria fundante. Alega-se com isso que, sendo o trabalho a categoria responsável pela existência de toda a estrutura do ser social, o desenvolvimento do próprio trabalho deveria significar a liberação do desenvolvimento de outras categorias. Isso definitivamente ocorre, pois, fosse o

contrário, não estaríamos imbricados em meio a tantas categorias complexas e qualitativamente específicas da existência social. Nas palavras de Lukács vemos nesse sentido que:

Se quisermos que todas aquelas manifestações extremamente complexas de vida, que em sua totalidade perfazem o ser social, tornem-se realidade, o ser vivo humano deve, em primeiro lugar, ser capaz de reproduzir biologicamente a sua existência biológica. Já dissemos anteriormente que o tipo de reprodução torna-se cada vez mais social, mas tivemos de constatar simultaneamente que esse constante “tornar-se mais social” jamais poderá fazer desaparecer a base biológica; por mais profundo que seja o condicionamento social da cultura na preparação e no consumo da alimentação, o ato de alimentar-se permanece um processo biológico que se dá de acordo com as necessidades do homem enquanto ser biológico (Lukács, 2013, p. 257).

No entanto, quando o trabalho se configura a partir de um valor capitalista, a partir de uma sociedade estruturada pelo capital, sua função humanizadora é subvertida. A incessante busca por lucro excedente, nesse contexto, resulta na exploração das massas trabalhadoras que, por sua vez, estranham a atividade fundamental que configura sua própria forma de ser - o trabalho. Dessa maneira, aquela atividade que deveria liberar e sustentar o desenvolvimento de outras esferas do ser social, imbrica o processo de desenvolvimento do gênero humano, animaliza e gera estranhamento na humanidade.

Nessa dialética, tanto os meios essenciais à subsistência dos humanos quanto suas necessidades fantasiosas, emergem das complexas relações sociais, dos modos de produção e das contradições inerentes a essas relações em determinado momento histórico. Sob a estrutura social do capital não é diferente, mesmo que a valorização do valor capitalista seja responsável pela animalização e pelo estranhamento do trabalhador, ele ainda desenvolve estratégias específicas para o enriquecimento e para a criação de novos valores que complexificam a sua finalidade social. Os meios de produção, nesse contexto, são um reflexo do desenvolvimento da sociabilidade humana. É por meio deles que o homem constitui historicamente seu modo único de autogerir sua existência, mesmo que isto implique na criação de um sistema que não favoreça o desenvolvimento das potencialidades do ser social e, conseqüentemente, não tenha como objetivo o desenvolvimento do gênero humano.

No âmbito dessa concepção ontológica, refletimos sobre o tempo livre no qual o trabalhador não se encontra envolvido diretamente na produção. Nesses momentos se manifestam várias camadas da existência social, onde atividades tão significativas quanto o trabalho se apresentam de forma distinta. No entanto, sob o domínio do capital, esse tempo livre é sistematicamente desvalorizado no contexto do desenvolvimento social. Neste sentido,

a sociedade capitalista reproduzida pela centralidade do trabalho, distorce o significado do progresso e se contrapõe ao surgimento de alternativas humanizadoras que poderiam advir de um desenvolvimento histórico de outras esferas da vida social.

A sociedade capitalista, explorando a classe trabalhadora durante o processo produtivo, também submete o tempo livre a uma lógica de alienação. Isso ocorre quando o tempo é medido minuciosamente para que o trabalhador atue de forma cada vez mais eficaz para o mercado de trabalho, servindo aos interesses do capital em detrimento das possibilidades de humanização. A transformação do tempo livre em um espaço dedicado à preparação para o trabalho, refletindo a centralidade do trabalho na sociedade capitalista, em vez de servir como um instrumento para o aprimoramento da condição humana, é, portanto, um empecilho ao desenvolvimento humano.

Pelo mesmo motivo trágico que o trabalho na sociedade capitalista esforça-se para subsumir tudo aquilo que caracteriza o ser humano em sua gênese e generidade, ele também foca sua atenção no complexo educacional para a garantia de seu desenvolvimento e perpetuação. Nesse panorama, a educação, por sua função na produção e perpetuação do conhecimento para as novas gerações, na formação do trabalhador para as finalidades sociais, na manutenção da ética para o direcionamento dos objetivos comuns e etc. tem grande valor para o capitalismo. O complexo educacional, assim como o trabalho, faz parte do desenvolvimento da sociabilidade humana, por esse motivo, ela estará sempre atrelada à consciência e práxis humana - à capacidade de compreender o mundo objetivo, sua história e as possibilidades de intervenção e transformação.

Assim, com o propósito de reafirmar o potencial do complexo educacional como um meio propício ao desenvolvimento das dimensões sociais que frequentemente são invertidas pela lógica do capital, para nós, torna-se fundamental questionar e reinterpretar o papel da educação em nossa sociedade. A transformação do sistema educacional a partir de uma perspectiva ontológica crítica, emerge como um componente fundamental na luta pela realização do gênero humano. Nesse processo de transformação, somos desafiados a questionar um sistema que perpetua a alienação e a exploração do trabalhador. Instigando, por esse modo, mobilizações políticas e a produção de uma ciência humana que se responsabiliza e não ignora a ontologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DARWIN, Charles. *A Origem das Espécies, no meio da seleção natural ou a luta pela existência na natureza, 1 vol.* tradução do doutor Mesquita Paul. Lello & Irmão - Editores, Porto, 2003.

DUAYER, M., Araujo, P. H. *Desventuras do marxismo tradicional.* Niterói, Rio de Janeiro, 2020. p. 65-86.

DUAYER, M. *Relativismo, certeza e conformismo: para uma crítica das filosofias da perenidade do capital.* Revista da Sociedade Brasileira de economia Política, São Paulo, v. 27, p. 58-83, out. 2010.

DUAYER, M. *Trabalho em Marx e educação.* Niterói, Rio de Janeiro, 2018. 6 p.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado.* Tradução de Leandro Konder. 9º ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1984.

ENGELS, F. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.* 1952. Recuperado de <https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm> em 19 de abril de 2023.

LUKÁCS, György. *O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista.* Tradução de Nélio Schneider. 1º ed. São Paulo, Boitempo, 2018.

LUKÁCS, G. *Para uma Ontologia do Ser Social, I.* São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II.* 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2013. 845 p.

MARTINS, L. M. *As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa.* Em 29ª Reunião Anual da ANPED. Educação, cultura e conhecimento: desafios e compromissos. v. 1. 2006.

MARX, K. *Crítica do programa de Gotha. Seleção, tradução e notas de Rubens Enderle.* 1º ed. São Paulo, Boitempo, 2012.

MARX, K. *Manifesto Comunista.* São Paulo: Expressão Popular, 2008. 67 p.

MARX, K. *O Capital. – "Crítica da Economia Política".* Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital. São Paulo, Boitempo, 2011.

MARX, K. *Salário, Preço e Lucro.* Recuperado de <https://www.marxists.org/portugues/marx/1865/salario/index.htm> em 29 de setembro de 2023. Moscou, Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1953.

MORAES, M. C. M. *Indagações sobre o conhecimento no campo da educação.* In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 7-11 out. 2007, Caxambu, MG. Anais [...]. Caxambu,

MG: ANPED, 2007. p. 315-346. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/2175-795X.2009v27n2p315/15284>. Acesso em: 04 out. 2023.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. “A teoria tem consequências”: indagações sobre o conhecimento no campo da educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 107, p. 585-607, maio/agosto 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ZS6HLdsDxjnLbHqkW5hnh9w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2023.

NEVES, W. A., Rangel Junior, M. J., & Murrieta, R. S. (Orgs.). *Assim Caminhou a Humanidade*. São Paulo: Palas Athena, 2015.

OLIVEIRA, André Ricardo. *Para além ou para quem do capital? apontamentos críticos acerca do universo categorial de István Mészáros*. Tese - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SUCHODOLSKI, Bogdan. *Teoria marxista da educação, Vol. I*. Tradução de Maria Carlota Melo. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

TORRIGLIA, P. L., Avila, A. B., Ortigara. *Em tempos de desumanização: a emergência da crítica ontológica no complexo educacional*. Espaço temático - serviço social: formação, trabalho profissional e tendências teóricas contemporâneas, Florianópolis, 2020.

TORRIGLIA, Patrícia Laura. Conhecimento, ensino e educação: formação docente na formação humana. **Prelo**, p. 1-21, 2023.